

ELEIÇÃO DIRETA

PROPOSTAS DE ESTRATÉGIA GLOBAL

Conheça as propostas de estratégia global dos candidatos a Presidente da Comissão Política Nacional do Partido Social Democrata



diretas

20 21



ELEIÇÃO DIRETA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Receção de candidaturas a Presidente da CPN

No dia 22 de novembro de 2021, o Conselho de Jurisdição Nacional do PSD (CJN) esteve presente na sede do Partido para receber as candidaturas a Presidente da Comissão Política Nacional.

Deram entrada duas candidaturas: a de Rui Fernando da Silva Rio, militante n.º 3087, e a de Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel, militante n.º 172134.

Verificados os processos de candidatura, o CJN confirmou que ambas continham:

1. Termo de aceitação do candidato
2. Termo de aceitação do mandatário financeiro
3. Proposta de estratégia global
4. Orçamento de campanha
5. Mais de 1500 subscrições de militantes com capacidade eleitoral

Preenchidos os requisitos estatutários e regulamentares exigidos, estão confirmadas as duas candidaturas que deram entrada.

Publique-se no Povo Livre, bem como as Propostas de Estratégia Global dos dois candidatos.

Paulo Colaço
Presidente

22 de novembro de 2021

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA

GOVERNAR PORTUGAL AO CENTRO

A ser presente ao Congresso do Partido Social Democrata
de 17, 18 e 19 de Dezembro de 2021

 RUIRIO

 PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA



MOÇÃO DE ESTRATÉGIA

GOVERNAR PORTUGAL AO CENTRO

A ser presente ao Congresso do Partido Social Democrata
de 17, 18 e 19 de Dezembro de 2021

ÍNDICE

1. UMA ESTRATÉGIA COM RESULTADOS	1
2. OS DESAFIOS DE UM FUTURO PRÓXIMO	8
3. UMA ESTRATÉGIA RENOVADA	11
4. AS LIÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS ELEITORAIS	13
5. OS PRINCIPAIS DESAFIOS QUE SE COLOCAM À ECONOMIA, À SOCIEDADE E AO ESTADO	15
6. UMA NOVA CULTURA POLÍTICA PARA UMA AGENDA REFORMISTA	23
7. AFIRMAR A ALTERNATIVA, CONSTRUIR A MAIORIA PARA GOVERNAR PORTUGAL	26

1. UMA ESTRATÉGIA COM RESULTADOS

Há pouco menos de dois anos os delegados ao 38º Congresso Nacional do Partido Social Democrata aprovaram por esmagadora maioria a moção de estratégia **Portugal ao Centro** apresentada pelo candidato vencedor das eleições diretas de Janeiro de 2020. Logo na sua abertura se expressava o grande objetivo do PSD:

Só há um caminho para percorrer: aquele que de forma mais eficaz e sustentada conduza o PSD ao Governo de Portugal e Rui Rio ao cargo de Primeiro-ministro. Não se trata de um mero desígnio partidário ou de uma ambição pessoal, tão só o reconhecimento que os Portugueses merecem um governo que os sirva melhor e de políticas que respondam às reais necessidades de desenvolvimento do país.

Não nos resignamos ao lento definhar das instituições, à perda de qualidade de vida e do bem-estar dos Portugueses, à estagnação da economia e à perda da nossa competitividade externa, ao descalabro dos serviços públicos e à falência do Serviço Nacional de Saúde, ao crescente sufoco fiscal e ao deficit de oportunidades que empurra todos os anos dezenas de milhares de Portugueses para a emigração.

No final do texto do mesmo documento, onde se enuncia “a ambição de um resultado vitorioso nas próximas eleições autárquicas de 2021” e o objetivo de preparar a alternativa ao Governo do Partido Socialista suportado por uma maioria de esquerda, declarava-se:



*Se conseguirmos concretizar com sucesso as linhas estratégicas que acabámos de enunciar, poderemos assumir que **a partir de 2021 o PSD estará em condições reforçadas para Governar Portugal.***

Não valerá a pena entrarmos em exercícios de adivinhação ou em delírios prospectivos quanto ao cumprimento da legislatura do atual Governo. É mais importante melhorarmos as nossas propostas e afirmarmo-nos como verdadeira alternativa aos olhos dos Portugueses.

*Se à **ambição** conseguirmos acrescentar uma **liderança responsável e mobilizadora, a credibilidade e a confiança** indispensáveis ao bom cumprimento dessa missão, então teremos reunidas as condições que nos poderão conduzir à vitória.*

Estes excertos sintetizam o fundamental de um programa e de uma visão que foram plenamente concretizados. O PSD construiu a alternativa e preparou-se para **Governar Portugal**.

A presente moção consubstancia a continuidade de uma opção estratégica feita, apresentada, debatida e maioritariamente sufragada nos últimos quatro anos por dois Congressos Nacionais e duas eleições diretas do atual Presidente da Comissão Política Nacional, **Rui Rio**. Politicamente, os resultados obtidos são incontornáveis:

- O PSD ganhou as eleições regionais da Madeira, dando continuidade à liderança do nosso companheiro Miguel Albuquerque.
- O PSD interrompeu a sucessão de vitórias do Partido Socialista na Região Autónoma dos Açores que se estenderam por 24 anos. O nosso companheiro José Manuel Bolieiro preside hoje ao Governo Regional dos Açores.
- O PSD foi o primeiro partido a formalizar o apoio á candidatura do nosso companheiro Marcelo Rebelo de Sousa, contribuindo para a sua reeleição.
- O PSD, sem ter ganho as eleições autárquicas de 2021, obteve um resultado politicamente vitorioso que se traduziu no aumento significativo de mandatos autárquicos,

de juntas de freguesia, de câmaras municipais e da maioria capitais de distrito, com destaque, pelo seu simbolismo, do Município da capital, Lisboa.

- Estes resultados superaram os obtidos em 2017 e em 2013. Com eles o PSD recuperou uma parte significativa do voto urbano que vínhamos perdendo desde 2009, mas, mais importante, fez “descolar” uma parte significativa do eleitorado que havia dado a vitória ao Partido Socialista em 2015 e 2019.



2. OS DESAFIOS DE UM FUTURO PRÓXIMO

A situação política atual está marcada pela não aprovação do Orçamento Geral do Estado para 2022 e a pela decisão do Presidente da República de convocar eleições antecipadas, interrompendo assim o ciclo de governação socialista que se iniciou em 2015.

A quebra de confiança entre os parceiros que suportavam o Governo Socialista liderado por António Costa, resulta da acumulação de compromissos incumpridos, apenas possível pela dispensa de um acordo escrito que contratualizasse o apoio parlamentar das forças partidárias à sua esquerda.

Para o PS foi uma oportunidade para prolongar o seu ciclo de governação. Algo que há muito constava dos seus cenários e que o mau resultado nas autárquicas, especialmente a derrota em Lisboa, acabou por criar.

Neste contexto, para o PSD e tal como afirmámos há quase dois anos, “só há um caminho para percorrer: aquele que de forma mais eficaz e sustentada conduza o PSD ao Governo de Portugal e Rui Rio ao cargo de Primeiro-ministro”. As próximas eleições legislativas são igualmente uma oportunidade de quebrar o ciclo de hegemonia do Partido Socialista e dos partidos à sua esquerda.

Entretanto há que lembrar que à crise política se associam as crises pandémica, económica e social. Vivemos tempos de incerteza e não há soluções testadas para enfrentar os novos desafios.

A crise pandémica, não obstante o sucesso da campanha de vacinação, não está superada e será bom olhar para os restantes países europeus para recearmos um novo agravamento da epidemia.

A recuperação da crise económica está confrontada com uma conjuntura adversa a nível internacional: aumentos dos preços do petróleo e da energia, escassez e carestia das matérias primas, crise nas cadeias de abastecimento, aumento dos fretes marítimos, refletindo-se todos estes sintomas no aumento da pressão inflacionista que corrói os rendimentos, especialmente dos mais carenciados, e nas dificuldades crescentes sentidas pelas empresas.

Uma crise social que se instalou durante a pandemia e que poderá refletir-se em movimentos sociais de protesto, juntando ineficiência dos serviços públicos, especialmente do setor da saúde, com contestação à subida dos preços de bens essenciais e aos custos de endividamento das famílias.

Se a esta conjuntura associarmos nove meses sem uma clarificação das opções governativas poderemos imaginar o potencial de perda e de bloqueio que irá decerto ser agravada por um recrudescimento das ações sindicais com greves sucessivas e manifestações de rua.

O estado das finanças públicas reflete o trajeto prosseguido desde 2016, aumento da despesa primária em 17 mil M€, máximo histórico da carga fiscal em 35% e da Dívida Pública em 135% do PIB. **Esta tendência e os níveis atingidos não são sustentáveis.** Para além do peso excessivo da presença do Estado na economia e na vida social, a sua exposição a choques conjunturais externos reveste-o de uma extrema fragilidade.

É neste contexto de fragilidade e de elevado risco que se realizarão as próximas eleições legislativas. A alternativa que se coloca aos eleitores no próximo dia 30 de janeiro está entre uma conceção socialista do Estado, da economia e da sociedade e uma visão social democrata moderada e reformista, capaz de fazer libertar Portugal dos espartilhos institucionais em que nos deixámos enlear.

As próximas eleições decidir-se-ão ao centro do espetro político-partidário. É esse centro político que determinará qual das opções vingará: ou a continuidade das políticas de esquerda que têm conduzido ao empobrecimento relativo do nosso país face aos nossos parceiros europeus, ou a mudança para uma política de liber-



tação da economia e da sociedade portuguesas de forma a retomar um crescimento mais rápido e competitivo que permita criar mais riqueza, melhores salários e mais oportunidades que respondam às aspirações pessoais e sociais dos Portugueses.

Se à esquerda imperou a **retórica das desigualdades sociais**, não a poderemos substituir pela **retórica alternativa da mobilidade social**. Estes dois problemas característicos da sociedade portuguesa só podem ser superados com a produção de riqueza que crie mais e melhor emprego, melhores salários e melhores oportunidades para todos os Portugueses.

3. UMA ESTRATÉGIA RENOVADA

A presente moção tem como referenciais da ação política os expressos nos seguintes documentos:

- O **Programa do PSD**, na sua versão mais recente, aprovado no XXXIV Congresso de Março de 2012, reafirma os valores fundamentais e os princípios orientadores da ação política.
- As **Moções de Estratégia aprovadas no XXXVII e XXXVIII Congressos de Fevereiro de 2018 e de 2020** que constituem o principal referencial na atuação do PSD nos últimos quatro anos. As ideias estruturantes que então foram definidas e sufragadas por unanimidade pelos delegados ao Congresso mantêm-se atuais, no fundamental.
- O **Programa Eleitoral das Eleições Legislativas de Outubro de 2019**. Produto do trabalho desenvolvido pelo Conselho Estratégico Nacional, o Programa Eleitoral de 2019 representa o compromisso do PSD com o seu eleitorado e abarca as reformas e as medidas consideradas indispensáveis para fazer sair Portugal do modesto crescimento que temos registado e das limitações reais à liberdade e salvaguarda dos direitos dos cidadãos.
- O **Programa de Recuperação Económica – PSD** de Maio de 2020 e o **Programa Estratégico e dos Fundos Europeus PSD–PORTUGAL 2020/2030** de Outubro de 2020, concebidos pelo Conselho Estratégico Nacional.
- As propostas e outras iniciativas que o **Grupo Parlamentar do PSD** apresentou e desenvolveu nas duas últimas legislaturas da Assembleia da República.



Mais do que uma nova estratégia, pretendemos delinear uma **estratégia renovada** que atualize as grandes linhas definidas e prosseguidas nos últimos quatro anos. Ao contrário do Partido Socialista não defendemos mudanças ao sabor da conjuntura nem medidas ao gosto das modas políticas. Mantemo-nos fiéis aos princípios e apostados em concretizar, passo a passo, o propósito e o caminho que definimos.

A estabilidade das grandes opções é compatível com as medidas inovadoras que preconizamos e o único garante de podermos com convicção superarmos os fatores de incerteza e de adversidade que possamos ter de enfrentar.

4. AS LIÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS ELEITORAIS

Não nos move qualquer intenção de fazer um balanço contabilístico dos resultados eleitorais. Para quem raciocina em termos de ganhos e perdas deveria perceber que para além das leituras quantitativas que os resultados evidenciaram, identificou-se uma alteração na composição social da nossa base eleitoral.

Nos últimos dez anos registaram-se três grandes alterações na base eleitoral do PSD:

- Perda significativa do eleitorado sénior (principalmente pensionistas e reformados que constituíam um dos pilares mais sólidos do eleitorado PSD, desde a década de 90). É precisamente esse eleitorado que é hoje o principal suporte do Partido Socialista. Quebraram-se os laços de confiança que durante anos se estabeleceram e que, ao presente, é imperioso recuperar.
- Redução da implantação eleitoral nos principais centros urbanos. Ainda que a tendência seja anterior, o PSD perdeu expressão nas áreas metropolitanas – com especial incidência na Área Metropolitana de Lisboa - e nas cidades médias, nomeadamente nas capitais de distrito. Esta tendência confirmou-se quer nas eleições legislativas quer nas autárquicas de 2013, 2015, 2017 e 2019.
- Em compensação o PSD ganhou maior peso junto do eleitorado mais jovem e dos ativos com médias e altas qualificações.

Os primeiros sinais de inversão desta tendência registaram-se nas eleições legislativas de 2019 e confirmaram-se nas eleições autárquicas de 2021. O PSD alargou a sua representação nas zonas urbanas através da vitória em



Lisboa e na maioria das capitais de distrito. Reforçou o peso eleitoral entre a classe média, os ativos de elevadas qualificações e o eleitorado mais jovem.

Entretanto, falta-nos reforçar a nossa implantação junto do eleitorado mais idoso. Existe, agora, um potencial de crescimento que não pode ser desprezado nem desperdiçado. Sabemos concretizá-lo nas próximas eleições legislativas de 30 de janeiro de 2022, reconquistando a confiança dos Portugueses e assegurando a estabilidade e enraizamento social do projeto social democrata que todos ambicionamos para Governar Portugal.

5. OS PRINCIPAIS DESAFIOS QUE SE COLOCAM À ECONOMIA, À SOCIEDADE E AO ESTADO

O mais decisivo bloqueio que é urgente superar é o da economia. Portugal vive desde o início deste século uma estagnação económica (crescimento médio do PIB per capita de 0,3% ao ano, de 2001 a 2020) em que os períodos de crescimento lento são entrecortados por crises e uma recessão que deixaram marcas profundas no tecido económico e empresarial português.

A economia Portuguesa é pouco competitiva e tem baixa produtividade, devido a um conjunto de “estrangulamentos”, perfeitamente identificados, onde se destacam:

- os custos de contexto e a elevada burocracia;
- um sistema fiscal instável, complexo, com elevados custos de cumprimentos, com elevada morosidade e elevada carga fiscal, sobretudo sobre os rendimentos do trabalho e sobre as empresas;
- serviços públicos pouco eficientes, uma elevada despesa corrente primária e uma elevada dívida externa e pública;
- um sistema de Justiça moroso e pouco eficiente;
- pouca concorrência em diversos setores, com elevados custos de entrada, o que gera uma distorção nesses mercados e no preço desses



bens e serviços, que muitas vezes são inputs de custo importantes noutros setores;

- baixo investimento privado e público e baixos níveis de poupança;
- um mercado laboral dual e rígido;
- falta de ligação entre as universidades e a investigação e as empresas, com baixos níveis de inovação e criação de valor;
- falta de mão de obra qualificada em diversos setores, sobretudo industriais;
- empresas com reduzida dimensão (dificultando economias de escala), com baixa capitalização (muito endividadas) e com baixo nível de internacionalização (Portugal é o 2º país da Coesão com menor valor das exportações em % PIB).

A economia portuguesa perdeu competitividade e está a ser ultrapassada pelas economias dos países europeus de adesão mais recente à UE. Aquelas que deveriam ser as alavancas do crescimento económico – as exportações e o investimento – estão a dar sinais de estagnação, após um período favorável que permitiu sair da situação recessiva.

No período entre 2015 e 2019, apesar da conjuntura económica muito favorável, não foram encetadas reformas estruturais que permitissem melhorar a competitividade, aumentar a produtividade (que se reduziu nesse período) e aumentar o potencial produtivo da economia nacional no médio e longo prazo.

A crise de 2020-2021 veio mostrar a fragilidade da economia Portuguesa. E o PRR, com uma ausência de reformas e medidas focadas nas empresas e na competitividade, bem como uma alocação de recursos errada, não trará a necessária transformação da economia Portuguesa, que precisa de subir na cadeia de valor, promover a inovação e o valor acrescentado, apostando em setores com mão de obra especializada e de salários mais elevados.

Neste contexto, torna-se difícil responder às justas aspirações dos Portugueses de verem aumentado o seu rendimento, o seu bem-estar e qualidade de vida. **Não podemos continuar a assentar a nossa competitividade nos baixos salários quando demos passos decisivos no aumento das qualificações.** Se temos pessoas mais qualificadas pelo aumento da escolarização e não con-

seguimos criar oportunidades para acederem a níveis remuneratórios mais consentâneos com essas qualificações arriscamo-nos a perder todo o investimento feito nas novas gerações. Para evitar esse cenário precisamos urgentemente de fazer crescer a riqueza gerada em cada ano a ritmos mais elevados, a valorizar os recursos próprios e inovar nas ofertas e nos processos produtivos, nomeadamente pela maior integração na economia digital e pelo recurso às novas tecnologias.

Porém, é urgente perceber que a digitalização não é uma panaceia que resolve todos os problemas das empresas e dos serviços públicos. **A digitalização e as novas tecnologias são meros instrumentos que aplicados a estruturas e organizações obsoletas não geram acréscimos significativos de produtividade.** Por isso, é necessário **associar a inovação tecnológica à inovação organizacional** que conduza à mudança de processos e culturas empresariais.

O segundo bloqueio é a demografia. Portugal está mergulhado numa dinâmica de regressão demográfica para a qual não se encontra solução a curto e médio prazo. O problema agrava-se ainda mais se considerarmos que essa quebra atinge de forma mais expressiva as regiões do interior do território. Esta situação resulta do efeito conjunto de dois fatores (saldos naturais e saldos migratórios negativos) cujo efeito acumulado sustenta a rápida diminuição dos efetivos populacionais.

A redução lenta, mas continuada, dos nascimentos já não compensa a mortalidade. Impõe-se assim enfrentar a quebra da natalidade de forma sistemática e quanto antes. **Promover políticas favoráveis ao aumento da natalidade passa por alterarmos profundamente as políticas de maternidade e de infância, de forma a apoiar as famílias a concretizar a fecundidade desejada e a fazê-lo cada vez mais cedo.** Na infância é necessário construir um novo quadro de educação de infância que permita apoiar as famílias na conciliação com a atividade profissional e criar condições de creche e jardim de infância mais acessíveis.

Em relação aos fluxos migratórios é necessário reconhecer que, considerando o atual nível de rendimentos da população ativa, vamos continuar a assistir à emigração de jovens e adultos cada vez mais qualificados que buscam



no exterior as remunerações ajustadas à sua qualificação. Por outro lado, a imigração que poderia compensar essas saídas, não atinge os números necessários pela mesma razão por que os nacionais também emigram. Os baixos salários e a precaridade das condições de trabalho, habitação e bem-estar, não são suficientemente atrativos para justificar a preferência pelo nosso país. Mesmo aqueles que nestas condições imigram, dispõem de reduzidas qualificações e acabam por contribuir para a reprodução do modelo económico assente em baixos salários e baixas qualificações.

Neste contexto, há que reconhecer que **estamos a esmagar os estratos médios da população e a acentuar as assimetrias sociais**. Esta situação é tanto mais grave quanto o próprio Estado, através da fiscalidade, tem contribuído para a esse atrofimento dos estratos intermédios. **Aquela que é a maior carga fiscal na história das finanças públicas portuguesas é um dos maiores sufocos que inibe a mobilidade social ascendente e aumenta o risco de pobreza entre os que trabalham, não obstante serem mais qualificados, e os mais jovens.**

É urgente inverter esta política: O Estado não pode continuar a fazer cada vez mais despesa para aumentar cada vez mais a carga fiscal. Onde e quando vamos parar?

O terceiro desafio prende-se com a **valorização dos recursos naturais e com os riscos decorrentes das alterações climáticas**. O PSD vê com grande preocupação o facto de ao aumento destes riscos corresponder muita retórica e poucas ações concretas. Atualmente os movimentos sociais em defesa da descarbonização e do ambiente estão a ser capturados por forças radicais, identificando-se como anticapitalistas, mais não fazendo que difundir novas ortodoxias e novos radicalismos.

O PSD tem uma tradição de defesa e promoção de políticas ambientais e terá de liderar a resposta a esse desafio em Portugal. A neutralidade carbónica é um enorme desafio que exige um compromisso sério na adoção de políticas que permitam antecipar a meta estabelecida. Porém, esse progresso desejado não poderá ser lesivo ou limitativo do crescimento económico. Uma coisa é adotar políticas exigentes quanto à sustentabilidade e minimização de impactos ambientais. Outra, completamente diferente, é utilizar as políticas ambientais como travão ou dissuasor do investimento, da produção de riqueza ou da sua distribuição.

O quarto desafio que representa uma situação de bloqueio é a **degradação dos serviços públicos**.

A situação do Serviço Nacional de Saúde é a que se apresenta mais grave. Para além dos crónicos problemas de subfinanciamento, o SNS é vítima de uma gestão sem critério, sem autonomia nem responsabilidade que a transforma em ineficiência estrutural.

A recente crise pandémica foi um teste à ineficiência estrutural que apenas foi superada pela dedicação e competência dos profissionais de saúde. Após a última vaga os velhos problemas de incapacidade de resposta às necessidades das populações voltaram a emergir.

Por outro lado, a forma como se têm degradado as condições de trabalho e remuneratórias dos profissionais de saúde conduziu a um sério problema de rutura do serviço por falta de recursos humanos. Aquilo que já identificamos como soluções pontuais – encerramento de serviços de urgência por falta de profissionais, aumento das listas de espera e do tempo de resposta a situações críticas – corre o risco de se transformar em casos generalizados a todo o sistema. Os Portugueses confiam cada vez menos na capacidade de resposta do SNS e estão a recorrer em maior número aos seguros de saúde como forma de acesso à oferta privada. Se adicionarmos os atuais 2,7 milhões de Portugueses com seguros de saúde aos beneficiários da ADSE e de outros subsistemas, estaremos a caminhar, a passos largos, para cerca de metade da população portuguesa fora do SNS.

Não há alternativa a considerarmos os serviços de saúde, públicos e privados, como um todo, mobilizando todos os recursos disponíveis para a concretização do objetivo principal: assegurar um bom serviço de saúde, em tempo e com qualidade.

O segundo sector que exige uma reforma urgente é a Justiça. A organização com traços marcantes de corporativismo e não sujeita ao escrutínio público, a morosidade dos processos que ilude o respeito e defesa dos direitos fundamentais, e os entraves ao acesso a este bem público fundamental por parte de todos os cidadãos, são os sintomas de uma tendência que urge inverter. Estes três sintomas reúnem-se numa só consequência: a falta de confiança dos cidadãos no sistema de justiça. Quando tal acontece é o Estado de Direito e o próprio Regime Democrático que é posto em causa.



Um dos setores onde esses sintomas são mais expressivos é na Justiça Administrativa e Fiscal pelos efeitos que produzem no funcionamento da economia, na confiança dos investidores e na salvaguarda do direito dos cidadãos face ao poder coercivo do Estado.

O PSD já apresentou as suas propostas para a Reforma da Justiça. Se mais não se avançou foi única e simplesmente por falta de vontade política do Partido Socialista e das forças à sua esquerda. Será decisiva a construção de uma maioria inequívoca para que esta e outras reformas possam produzir os efeitos esperados.

O terceiro sector que dá sinais de bloqueio é o da habitação e das infraestruturas.

A liberalização do mercado imobiliário e o aumento da procura por parte de fundos de investimento nacionais e estrangeiros têm produzido um aumento significativo dos preços no centro das cidades, especialmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, o que tem sustentado um aprofundamento da dualidade centro-periferia com as famílias da classe média, os casais mais jovens e os segmentos de menor rendimento a serem remetidos para zonas cada vez mais afastadas do centro.

Esta tendência tem densificado os movimentos pendulares, na sua maioria recorrendo ao transporte individual, agravando as condições de bem-estar e a emissão de gases com efeito estufa.

Por isso, serão decisivos os investimentos na **mobilidade elétrica** e, com especial urgência, na **ferrovia**.

O quinto desafio prioritário é o da educação. Após quinze anos de progressos assinaláveis o sistema educativo português dá os primeiros sinais de retrocesso. A adoção de conceções assentes em visões românticas e na generalização do experimentalismo curricular e pedagógico está a fazer Portugal recuar à situação de final do século passado em que as “boas” intenções da “esquerda pedagógica” raramente davam bons resultados. Os resultados dos últimos testes internacionais confirmam o risco de reversão.

Os efeitos das políticas adotadas desde 2015 refletem-se na desorganização do sistema de ensino, o envelhecimento, a desmotivação e a não renovação dos quadros docentes, a precariedade dos jovens educadores, professores e investigadores. O sistema de ensino, formação e de produção científica e cultural está a definir-se sem que o Governo tenha qualquer estratégia de qualificação para o sector.

A reforma da educação tem de começar pelas bases, a saber, a educação de infância (creches e infantários) acessível a todas as crianças, promoção do sucesso escolar, rigor e clareza curricular, diversidade pedagógica, instrumentos sistemáticos de avaliação das aprendizagens, dignificação da profissão docente e autonomia das escolas. Só assim poderemos voltar a considerar a educação como o principal motor da integração e da mobilidade social. Só assim poderemos superar o deficit de qualificações que o desenvolvimento tecnológico exige.

Por último, mas não menos importante, **a reforma do sistema político**. O regime político instituído pela Constituição Portuguesa de 1976 e a sua Revisão de 1982, deu passos decisivos na afirmação e consolidação da democracia e dos direitos fundamentais do cidadão. De uma forma geral não se identificam na história destes mais de quarenta anos situações de rutura institucional e ou de suspensão das liberdades e garantias dos cidadãos que justifique uma alteração profunda dos preceitos constitucionais. Este é o regime com que os Portugueses se identificam e não expressam de forma consistente e relevante qualquer vontade de proceder à sua alteração.

Porém, há que reconhecer que o mundo mudou e a sociedade portuguesa registou um inegável desenvolvimento em termos económicos, sociais e culturais que colocam o problema de se saber até que ponto a erosão dos tempos não terá afetado o normal funcionamento das instituições.

No que respeita ao funcionamento do sistema político essa erosão expressou-se na degradação dos mecanismos de representação e no afastamento, lento, mas progressivo, dos cidadãos em relação às instituições políticas. **Há que reconhecer que existe uma crise de representação.**



Por isso entendemos que é tempo de iniciar uma reforma do sistema político que comece nos partidos políticos e acabe na própria reforma do Estado e das suas instituições centrais. O afastamento dos cidadãos expresso no seu indiferentismo e o deficit de confiança nas instituições são sinais que deveriam mobilizar todos os partidos para uma reflexão em torno da sua organização, da sua ligação à sociedade e dos mecanismos de representação.

Face ao crescente risco de populismo e radicalismo na sociedade portuguesa é necessário encontrar respostas que contribuam para o reforço das instituições, para a sua maior transparência e escrutínio, para a sua capacidade para responderem aos problemas do País e dos Cidadãos.

O Estado que temos debate-se com uma evidente desadequação de escala: tornou-se pequeno demais para os grandes desafios e problemas da Humanidade – caso das alterações climáticas, das redes financeiras globais, do tráfico de armas, drogas e seres humanos – e grande demais para os pequenos problemas dos seus cidadãos – incapacidade e degradação dos serviços públicos de proximidade, isolamento e exclusão social, a pobreza endémica e o deficit de oportunidades.

Para lidar com estes problemas o Estado terá de encontrar soluções no concerto das nações e na cooperação mundial, por um lado, e na descentralização decorrente da promoção do princípio da subsidiariedade, por outro lado. O problema não se coloca só em ter mais Estado ou menos Estado, está em ter outro Estado, dispondo dos instrumentos indispensáveis para ganhar esses desafios.

O Partido Social Democrata apresentou no seu Programa Eleitoral às eleições Legislativas de 2019 um conjunto de medidas que respondem a este e outros problemas. Nada justifica que esse programa seja relegado para o esquecimento. Pelo contrário, ele deverá constituir o guia das reformas e das medidas que continuaremos a reclamar para o País. Adiar as reformas é agravar os problemas e onerar as soluções.

6. UMA NOVA CULTURA POLÍTICA PARA UMA AGENDA REFORMISTA

Após seis anos de governação socialista sem que se tenha concretizado qualquer reforma estrutural que responda de forma sustentada aos problemas de Portugal, agravam-se os indicadores de bloqueio. Débil crescimento económico e endividamento insustentável, degradação do sistema político, recessão demográfica, falta de autoridade e eficiência da ação pública da Administração e do Estado.

Só o PSD tem uma agenda reformista que responde a esses bloqueios. Porém, os requisitos para a concretização bem-sucedida dessa agenda passam por uma **Nova Cultura Política** capaz de enfrentar as adversidades e resistências que lhe estão associadas.

Poderemos ter as melhores propostas, as melhores soluções para os problemas do País, os melhores quadros para as poderem implementar, mas se não tivermos a **confiança dos Portugueses** de nada nos serve essa vantagem.

O primeiro requisito da confiança é a credibilidade da nossa ação. Ao PSD exige-se-lhe que assuma uma conduta responsável, colocando os interesses de Portugal acima dos interesses do Partido. “Portugal primeiro” não é um mero slogan, é um princípio orientador da ação política. Tal como reafirmámos no nosso programa eleitoral de 2019: “Quando colocamos o interesse nacional em primeiro lugar temos de estar disponíveis para sacrificar parcialmente as nossas propostas em prol de um interesse superior. A prática do confronto partidário e dos combates ideológicos tem de dar lugar, sempre que esse interesse esteja em causa, à **disponibilidade para encontrar soluções através do**



diálogo e do compromisso. Quando falamos de compromissos, não falamos necessariamente de consensos. Não esperamos que se sacrifiquem as convicções e as matrizes ideológicas em que assentam os diferentes programas políticos. Esperamos tão só disponibilidade para encontrar e viabilizar as melhores soluções para os problemas reais de Portugal e dos Portugueses.”

Não é pelo facto de elevarmos mais a voz que passamos a ter maior razão. A **“política espetáculo” não pode ter lugar num partido que aspira a governar Portugal.** Se o fizermos, arriscamo-nos a ser iguais aos que no atual Governo fazem da comunicação o principal instrumento de manipulação dos cidadãos através dos media. Também neste particular domínio o PSD tem de fazer a diferença.

Precisamos de uma nova cultura política que dê voz e sentido de futuro aos que ambicionam um Portugal maior e que nos liberte de glórias passadas. Uma coisa é respeitar o património político do PSD, outra, completamente diferente, é ficarmos presos a ele.

Nessa nova cultura política o conceito de **justiça intergeracional** é decisivo para conferir ambição e sentido de futuro às nossas propostas. O PSD quer governar para dar às novas gerações mais e melhores oportunidades para concretizarem os seus projetos de vida.

Um partido político que queira conquistar a confiança dos Portugueses tem de orientar a sua ação pela **independência face aos múltiplos grupos de interesse**, pela **transparência das suas decisões** que são sujeitas ao escrutínio social e por uma **ética da responsabilidade** no acesso aos bens públicos.

O PSD elege o **combate à corrupção** como uma das suas bandeiras. Porém, a prioridade tem de centrar-se na eliminação dos contextos que favorecem essa corrupção. Temos de afirmar a nossa **independência face às oligarquias, eliminar a lógica clientelar no acesso aos cargos públicos e contrariar a ação das parentelas na ocupação do aparelho do Estado, das Autarquias e empresas públicas**, especialmente nos órgãos executivos de nomeação.

Por outro lado, há que tornar mais rigorosos e transparentes os quadros normativos e regulamentares: por detrás do excesso de legislação e regulamentos, da sua falta de rigor e

da ambiguidade que muitas vezes revela, está o risco de corrupção. Temos de combater a corrupção, mas, em paralelo, preveni-la pela maior qualidade das normas.

Uma nova cultura política exige uma ética da responsabilidade, de transparência e de defesa do bem comum, requisitos indispensáveis para restabelecer a confiança dos Portugueses no PSD, no regime democrático e no sistema político.

Há que reforçar a marca reformista do PSD. Aquilo que nos une e ao mesmo tempo nos distingue dos outros partidos do espectro parlamentar é a marca reformista que o PSD, ao longo da sua história e da sua ação, consolidou e o fez respeitado pelos Portugueses. Coexistimos enquanto social democratas, conservadores e liberais, num mesmo partido porque partilhámos um conjunto de valores e de práticas políticas que nos identificam como reformistas. Na história das ideias políticas e nos seus mais recentes desenvolvimentos **o reformismo é a alternativa quer ao socialismo, quer ao neoliberalismo. Somos reformistas e social democratas porque não sacrificamos a liberdade à igualdade, porque somos personalistas e solidários sem criar dependências, porque defendemos um Estado que liberta a sociedade e que não a asfixia.**

Somos reformistas pela prática política e pela forma como encaramos os desafios mais difíceis que se colocam ao desenvolvimento de Portugal. Problemas estruturais exigem ações sistemáticas e concertadas em tudo contrárias à medida desgarrada, à intervenção casuística ou à ilusão dos multiplicados anúncios sem consequências que se reflitam nos processos de mudança, no desenvolvimento humano e no bem-estar dos Portugueses.

A degradação progressiva das instituições e dos serviços públicos, mais tarde ou mais cedo, vão precisar da resposta reformista que só o PSD pode dar.



7. AFIRMAR A ALTERNATIVA, CONSTRUIR A MAIORIA PARA GOVERNAR PORTUGAL

Ao longo dos últimos quatro anos, o PSD tem vindo a construir a alternativa. Através do **Conselho Estratégico Nacional** conseguimos reunir um valioso conjunto de quadros técnicos e especialistas que têm vindo a formular contributos, soluções e medidas, devidamente ponderadas face aos recursos disponíveis. As ideias existem, só há que as afirmar e fazer chegar junto dos Portugueses.

O próximo Programa Eleitoral com que nos apresentaremos às eleições legislativas de 30 de janeiro de 2022 refletirá esse esforço de reflexão e sistematização de soluções.

O PSD está em condições de Governar Portugal. Saibamos recuperar a confiança dos Portugueses através das nossas propostas e de uma **liderança responsável, credível e mobilizadora**.

Por último, importa **construir uma nova maioria sem linhas vermelhas**, assente no diálogo e no compromisso, à esquerda ou à direita, cujo único limite será a da moderação, do respeito pelas instituições constitucionais e a do superior interesse nacional.







PORTUGAL AMBIÇÃO E ESPERANÇA

Paulo Rangel



PROPOSTA DE ESTRATÉGIA GLOBAL
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
NOVEMBRO 2021

ÍNDICE

I. Uma Alternativa para Portugal: Ambição e Esperança	3
• Porquê Mudar Portugal? Das mudanças globais ao empobrecimento nacional	4
• Ambição: Portugal pode ser muito mais!	7
• Mudar no PSD para Mudar Portugal	8
• Unir, crescer e vencer	9
• Os nossos desafios eleitorais	10
II. Eixos Fundamentais de uma Alternativa para Portugal	13
1. Uma Democracia de Qualidade e um Estado de Confiança	13
• Um Estado que Mereça Confiança:Reforçar a Integridade, Combater a Corrupção, Garantir Isenção e Imparcialidade	14
• Um Estado que Confie nos Cidadãos, Simples e Capacitado	15
• Uma Administração e Gestão Públicas com mais autonomia e prestação de contas	16
• Uma Democracia de Qualidade	17
• A Justiça e o Estado de Direito	19
• Uma governação mais próxima	21
• Um Estado Europeu num Mundo Global	23
2. Um País de Oportunidades para Todos com Justiça Social, Intergeracional e Territorial	26
• Promover a Mobilidade Social e Garantir a Justiça Social	27
• Educação	28
• Saúde e Vida Saudável	30
• Garantir o acesso universal a infraestruturas de transportes e comunicações	33

· Acesso à habitação e melhoria das condições de habitação	34
· Promover a Justiça Intergeracional	35
· Garantir a Justiça Territorial, através da coesão territorial e da solidariedade com as autonomias	37
3. Mais Crescimento, Mais Recursos, Melhores Salários	40
· Acelerar o Crescimento Económico	40
· Aumentar os salários médios e a produtividade nacional	42
· Reformar o sistema fiscal para aliviar a carga fiscal	43
· Um ambiente económico favorável ao crescimento das empresas	44
· Inverter a tendência demográfica atual e aproveitar o potencial humano	45
4. Melhor Conhecimento Para Mais Talento e Mais Inovação	47
· Uma visão integrada da Educação	47
· Flexibilizar a oferta de cursos e vagas no Ensino Superior	49
· Ecossistema de Inovação e Empreendedorismo	50
5. Um País Ambientalmente Sustentável e uma Transição Energética Justa	51
· Ciência e economia para enfrentar os desafios da transição climática ...	51
· Acelerar a transição para o novo paradigma energético	52
· Mobilidade elétrica e transportes públicos: o futuro da mobilidade	53
· O Mar	54
· Agricultura e Florestas	54

III. Unir e Modernizar o PSD para Reformar a Política Portuguesa

55

· Exigência Ética & Transparência: Um contrato de confiança política com os cidadãos	57
· Abertura à Sociedade	59
· Capacitação dos quadros políticos	60

I. Uma Alternativa para Portugal: Ambição e Esperança

Portugal não pode resignar-se à estagnação e paralisia a que nos conduziu a governação socialista nestes 6 anos. Portugal precisa de mudar, de inaugurar um ciclo de crescimento e de prosperidade, que reforme e transforme o país. Para Portugal mudar, necessitamos de uma Alternativa com ambição e com esperança. Só o PSD está em condições de constituir essa Alternativa de Esperança e essa ambição de mudança. Para Portugal mudar, para poder avançar para esse ciclo de reforma e transformação, o PSD também precisa de mudar. De mudar com a finalidade e no sentido de se construir como a Alternativa de ambição e de esperança para todos os portugueses.

Nestes seis anos o governo socialista deixou Portugal ficar para trás, na Europa e no Mundo. O governo socialista não só se desperdiçou uma oportunidade de progredir a um ritmo acelerado como se mostrou incapaz de responder e de lidar com os novos desafios globais.

Portugal merece mais, Portugal tem de aspirar a muito mais e o PSD pode dar muito mais, corporizando aquela alternativa de ambição e de esperança. Uma eventual continuidade da linha política socialista, que está completamente esgotada, só agravaria os problemas do país; seria mesmo o problema. E, por conseguinte, só o PSD pode ser a solução, só o PSD pode construir e oferecer a solução. Para ser essa Alternativa de ambição e de esperança de modo a que Portugal mude, também o PSD precisa de mudança. Precisa de mudar de estratégia, precisa de mudar de líder

e de direção, precisa de definir um rumo de alternativa clara e inequívoca à política e à governação socialista.

A construção dessa alternativa passa por uma resposta aos grandes desafios globais que Portugal tem de enfrentar e que o PS não foi capaz de compreender. E passa obviamente por uma diferenciação claríssima da orientação política e governativa do PS, mostrando como ela nos conduziu a um empobrecimento progressivo e a um declínio nos indicadores internacionais de referência. Impõe-se, pois, aqui começar por identificar esses grandes reptos e desafios do mundo atual para, logo de seguida, se explicar porque falhou nesse plano e no plano estritamente nacional a resposta socialista. São estas as duas questões prévias que permitirão definir os pilares da construção da Alternativa do PSD como uma alternativa de ambição e esperança.

Porquê Mudar Portugal?

Das mudanças globais ao empobrecimento nacional

Os novos desafios globais estão a alterar os equilíbrios sociais, económicos e de poder, exigindo respostas diferentes das Sociedades e dos governos: a ameaça das alterações climáticas; as transformações da digitalização; as mudanças demográficas que no ocidente significam envelhecimento populacional, baixa natalidade, aumento da esperança de vida e fluxos substanciais de imigração; as dificuldades das democracias liberais face aos fenómenos populistas, à quebra de confiança nas instituições e às dificuldades da discussão pública na era das redes sociais; o impasse no projeto Europeu, abalado pela saída do Reino Unido, pelas hesitações coletivas na gestão de tantas interdependências, e pelas divisões entre Estados-membros em torno de valores fundamentais como o Estado de Direito, a responsabilidade e a solidariedade; as incertezas sobre a globalização; uma experiência pandémica ainda longe de desaparecer; e a evolução na ordem internacional cada vez mais multipolar, com a emergência da China e os novos papéis dos EUA, Rússia, da Índia, da própria Europa e de uma África em transição. Tais mudanças exigem estratégias e líderes diferentes e preparados, que Portugal ainda não tem e que o PSD tem a obrigação de ser capaz de apresentar. A política nacional precisa de uma renovação geracional, precisa de uma nova vaga de políticos, motivados, preparados, cosmopolitas, modernos, com ambição e sonho, e com a capacidade de melhorar o presente e preparar o futuro dos seus descendentes.

Estes grandes desafios globais trazem dificuldades mas também oportunidades, que o nosso País tem condições e recursos para aproveitar, abrindo aos Portugueses as possibilidades de um futuro melhor, com prosperidade, crescimento e sucesso coletivo e individual. É mudando que iremos vencer essas dificuldades e tirar partido das oportunidades. É mudando que concretizaremos a ambição que temos e merecemos, mas que a inércia da mediocridade a que nos querem habituar tem vindo a matar.

Infelizmente, Portugal encontra-se hoje numa posição particularmente delicada, num rumo de declínio, com uma solução política socialista esgotada, mas ainda sem alternativa evidente em que os Portugueses possam confiar.

Nos últimos 26 anos, 20 dos quais governados pelo Partido Socialista, Portugal estagnou, empobreceu relativamente à Europa e aos nossos competidores, perdeu-se a ambição coletiva, desfez-se a esperança nacional e individual de subir na vida, cresceu a resignação e o conformismo para com um Estado que cobra cada vez mais impostos para oferecer serviços públicos piores e mais ineficientes. Durante este período, o PSD apenas foi chamado a governar para resgatar o País de pântanos e bancarrotas deixadas por governações socialistas.

O Partido Socialista prosseguiu um projeto de mero controlo e concentração de poder, focado na sobrevivência política e traduzido na distribuição por poucos do pouco que temos. O PS desistiu de uma ambição de prosperidade, tendo sacrificado o interesse dos portugueses e derivando cada vez mais para a esquerda numa aliança de convicção e conveniência com o radicalismo político de esquerda. Hoje, tudo se tornou claro: só o PSD pode ser a verdadeira âncora de moderação na política portuguesa.

Depois de uma exigente, mas bem-sucedida, saída do Programa da Troika (trazida e negociada pelo PS, recorde-se), Portugal perdeu uma oportunidade de ouro irrepetível com cinco anos de conjuntura internacional e de condições financeiras externas excecionalmente propícias para Portugal. Tínhamos ultrapassado uma das maiores crises da nossa história democrática, com enormes sacrifícios, lado a lado com a Irlanda, que é hoje um caso notável de crescimento e prosperidade. Portugal tinha pela frente uma oportunidade única de crescimento robusto e significativo, mas acabámos por desaproveitar essa oportunidade. Regredimos para o patamar da Grécia, alinhando num empobrecimento progressivo, sendo que até esta tem agora melhores perspectivas de crescimento do que Portugal.

Com um projeto político de controlo do poder pelo poder e vinculado ao radicalismo de esquerda a proposta política do Partido Socialista de António Costa está completamente esgotada. Já nada tem a oferecer a Portugal.

Os Portugueses sabem hoje o que esperar deste Partido Socialista: uma liderança que se resume à mera habilidade tática, à gestão das aparências no curto prazo e exclusiva preocupação com o controlo do poder; à completa incapacidade de reformar o que quer que seja e ausência de qualquer visão ou pensamento estratégicos para o País; à promoção de uma cultura de irresponsabilidade na gestão pública, que por tolerar e abafar todas as falhas – e mesmo várias ignomínias – mina a seriedade, confiança e qualidade na governação; a uma mundividência e prática políticas profundamente sectárias com fraca cultura democrática; à desconfiança ou insensibilidade ao valor da liberdade e às suas declinações políticas, económicas e até culturais; à atitude de arrogância no debate político, que não será estranha à proximidade e envolvimento da atual cúpula socialista com a anterior liderança e governação socialistas de tão má memória.

Vinte anos de governação socialista deixaram Portugal com uma bancarrota pelo meio e a caminho de sermos o país mais pobre e com salários mais baixos da UE. Infelizmente, somos hoje dos países da Zona Euro que menos crescem e comparamos mal em matérias como a produtividade, os salários médios, o valor das pensões, o desempenho e a produção científica, os custos de contexto, o nível de burocracia, os índices demográficos ou a eficiência dos serviços públicos. Para os próximos anos a intenção socialista é pouco mais do que gastar os fundos europeus, sem cuidar do como e do impacto efetivo no desenvolvimento do país e no bem-estar dos portugueses. Mas nem a gastar os fundos europeus o governo socialista se mostra eficiente, tão baixa é a execução dos fundos europeus.

Uma sociedade em empobrecimento progressivo face aos parceiros e competidores europeus, com uma carga fiscal em máximos de sempre, mas serviços públicos em mínimos, com o elevador social estancado e uma cada vez mais remota esperança dos portugueses, e dos jovens em particular, subirem na vida. Um país em que uma enorme fatia dos trabalhadores recebe o salário mínimo, em que se rasgou a cultura de exigência e mérito na educação, em que os mais velhos não têm segurança para poderem aceder a cuidados de saúde e os mais novos se angustiam com a dificuldade de, no seu país, encontrarem habitação que possam pagar ou trabalho de qualidade e condignamente remunerado.

Uma opção de gestão das finanças públicas de curto prazo, assente em cativações, cortes no investimento público e aumentos da carga fiscal. E uma gestão pública com a marca de favoritismos, facilitismos e várias outras escolhas erradas que deixaram os serviços públicos, mesmo os tão fundamentais como a saúde, à beira do colapso e com milhares de portugueses sem acesso e/ou piores cuidados. Sofrem todos os portugueses, mas sofrem sobretudo os mais vulneráveis, que não têm condições para, por si, encontrar alternativas a serviços públicos em contínua degradação.

Um governo socialista marcado pelo nepotismo, a promiscuidade, sinais profundamente inquietantes de indiferença ou facilitismo no combate à corrupção, de desprezo pelas instituições independentes e separação de poderes, de implosão da concertação social, de convívio difícil com a liberdade de imprensa e de dominação do Estado pelo Partido Socialista e da Sociedade Civil pelo Estado.

“Portugal não é isto, não tem de ser isto”, afirmou Sá Carneiro.

A ambição: Portugal pode ser muito mais!

Só o PSD pode voltar a mobilizar os Portugueses, e para isso tem de se constituir como a Alternativa de Esperança, tem de se apresentar como a via da Ambição para o País.

Contrapondo-se ao desalento e à ausência de visão e objetivos para Portugal, o PSD tem de mostrar como é possível fazer o País crescer como os melhores da Europa, voltar ao pelotão da frente, em vez de perder a esperança e continuar a ficar para trás; como libertar o potencial da iniciativa e criação empresarial, cultural e social dos portugueses e reativar e acelerar o elevador social; como afirmar um novo modelo de desenvolvimento em que as qualificações e a inovação estão no centro da competitividade e alimentam o crescimento de exportações de elevado valor acrescentado e geram mais rendimento e melhores salários; reduzir gradualmente a carga fiscal e reduzir desigualdades e pobreza, melhorar muito o acesso e prestação de serviços públicos, melhorar a qualificação dos portugueses e a qualidade da nossa democracia, e estar à altura dos principais desafios civilizacionais dos tempos atuais.

Essa ambição tem que ser tanto coletiva, como individual. Os Portugueses têm de voltar a acreditar que podem subir na vida. Devem poder aspirar a beneficiar de melhores condições de vida, como fruto do seu esforço e do seu trabalho e independentemente das suas origens ou das pessoas que conhecem. O elevador social tem de voltar a funcionar, garantindo a igualdade de oportunidades no acesso à educação, à saúde e à habitação, criando uma economia dinâmica que gera oportunidades de emprego e salários adequados às qualificações cada vez mais elevadas dos portugueses, apoiando os mais vulneráveis e recompensando os que se esforçam, todos os dias, para fazer avançar o seu País, a sua empresa, a sua família e a sua própria vida.

Um Portugal forte significa uma democracia inconformada, que rejeita a mediocridade e o facilitismo e aposta numa cultura de exigência, esforçando-se por desenvolver e trabalhar diariamente na implementação dos seus princípios e objetivos com brio e brilhantismo, abraçando as qualidades que tantas vezes nos são atribuídas lá fora e colocando-as ao serviço do bem comum e do progresso do País.

Um Portugal forte rejeita compadrios, favores e clientelas, promovendo antes o mérito, a dedicação e a solidariedade, assegurando oportunidades iguais e de mobilidade social para todos os Portugueses e todas as Portuguesas que delas queiram usufruir.

O PSD é o único Partido capaz de oferecer um projeto ambicioso e sólido ao País, com uma alternativa de Governo estável, capaz de gerar riqueza e promover a mobilidade social, valorizando tanto o Estado Social de Direito como a liberdade e iniciativa, a dignidade da pessoa humana e sem deixar ninguém para trás.

Mas, para trazer de volta a Ambição para Portugal, é preciso trazer também de volta o PSD.

Mudar no PSD para Mudar Portugal

Infelizmente, neste contexto de desalento nacional e exaustão da proposta socialista, o PSD não conseguiu ainda afirmar-se como a alternativa, nem diferente, nem ambiciosa.

Apesar da sua história, da força das suas ideias, da qualidade de tantos dos seus dirigentes e militantes, do mérito continuado das suas governações regionais e locais, a escolha ou resultado da sua atual liderança parece ter sido a de abdicar do papel do PSD como a Alternativa ao Socialismo, a única e verdadeira alternativa reformista, moderada e europeia.

No PSD e na sua liderança não mais se pode preferir segregar internamente e abandonar a diferenciação face ao projeto socialista; o PSD tem que ser responsável, mas não débil, quando se é oposição. O PSD não se pode limitar a esperar pela alternância no poder. O nosso caminho não pode ser o de emagrecer o espaço político do partido na sociedade por meio de alegadas depurações e equívocos programáticos, que obviamente dificultam a afirmação do Partido perante os Portugueses como a Alternativa ao Socialismo.

Infelizmente, mesmo quando os sinais de esgotamento e fracasso da governação socialista grassavam, o PSD não conseguiu mobilizar os Portugueses e assim alimentou o crescimento de novas forças políticas não socialistas.

É necessário trazer o PSD de volta, para dar Esperança e a Alternativa, reformista e moderada, de que Portugal necessita e que os portugueses desejam.

O PSD afirmou-se e triunfou sempre que foi capaz de se diferenciar claramente do Partido Socialista, apresentando-se como Alternativa efetiva.

O nosso papel é o de partido liderante, com a ambição de governar; não o papel de suporte ou de apoio de recurso ao projeto socialista.

O PSD não pode aguardar passivamente pela alternância do poder; o PSD não pode ser o partido que espera ou o partido da espera; o PSD tem de ser o partido da Esperança; o partido da ambição e da esperança para Portugal!

O PSD precisa de construir essa Alternativa, vincando as falhas e o esgotamento do socialismo que causam o nosso empobrecimento progressivo. Para tanto tem de apresentar um projeto de políticas públicas diferenciadoras e ambiciosas e equipas que sejam capazes de o levar por diante.

Perante os novos desafios globais, os retrocessos, desperdícios e agravamentos nacionais causados pelo socialismo, o PSD tem de apresentar um caminho e soluções novas, adequadas às circunstâncias de hoje.

As experiências governativas passadas do PSD são motivo de orgulho e aprendizagem pelo reformismo, moderação e resultados de prosperidade e recuperação nacional que promoveram.

Agora o PSD tem de apresentar respostas próprias para os desafios de hoje, cujas especificidades e mudanças exigem soluções diferentes e adequadas.

Para isso, temos que unir e mobilizar o PSD para reformar o País.

Unir, crescer e vencer

É necessário Unir, oferecer Diferenciação demonstrando Ambição como o caminho para Vencer.

A primeira tarefa é unir o PSD, agregando pessoas e ideias. É fundamental curar o divisionismo interno cultivado pela liderança dos últimos anos, integrando e respeitando também quem discordou internamente, abrindo o partido à sociedade; numa palavra, envolvendo os melhores.

É indispensável afirmar o PSD como o grande partido popular português, que em vez do depuramento ou estreitamento ideológico típico de um partido mais pequeno, agregue e lidere o espaço não socialista, nas suas várias sensibilidades que podem ir do centro-esquerda à direita moderada, retomando a tradição do PSD como casa comum de sociais-democratas, liberais, conservadores e sociais-cristãos.

A segunda tarefa é Diferenciar, construir e mostrar aos Portugueses descontentes, desalentados, frustrados ou esperançosos, que têm Alternativa de projeto, de ideias e de pessoas, de protagonistas e programas, que podem consubstanciar um novo quadro de ambição coletiva para Portugal e novo impulso de ambição individual ou familiar de subir na vida, ativando o elevador social.

A diferenciação implica coragem e assertividade na crítica aos erros e fracassos das políticas e da forma de governar socialistas, que o PSD não pode mais tolerar, ignorar ou deixar passar enquanto oposição débil ou tímida.

A diferenciação faz-se, contudo, não apenas pela oposição firme que o PSD nunca deveria ter abandonado, mas também, e necessariamente, por uma proposta programática que mostre aos Portugueses o que veriam e teriam de diferente com um governo do PSD. É assim uma Alternativa de ambição e esperança credível e responsável.

É justamente esse o caminho que se abre nesta Proposta de Estratégia Global. Não que antecipe ou esgote o programa eleitoral para 2022 cujas bases serão apresentadas, discutidas e aprovadas pelo Partido na sequência da eleição direta do Presidente da Comissão Política Nacional. Mas que sinaliza e introduz os cinco eixos dessa verdadeira Alternativa feita em torno de valores reformistas, europeus, democráticos, baseados na dignidade da pessoa humana, na liberdade, na igualdade e na solidariedade.

O nosso desígnio fundamental e irrenunciável é construirmos uma Alternativa que devolva a Ambição e a Esperança aos Portugueses.

Os nossos desafios eleitorais

A irresponsabilidade de António Costa atirou o País para uma crise política indesejável; e o esgotamento da proposta política socialista tornou inevitável a dissolução do Parlamento e a convocação de eleições legislativas antecipadas para 30 de janeiro de 2022.

Este desafio eleitoral imediato é também uma oportunidade enorme para que um PSD com liderança legitimada, estratégia clarificada e militantes mobilizados possa disputar estas eleições para vencer. O 39º Congresso do PSD será um grande momento de unidade e mobilização do Partido, mas também de apresentação à sociedade portuguesa do nosso projeto político alternativo, abrindo caminho para a vitória e, assim, uma nova esperança para Portugal.

Nas eleições legislativas de 2022 e no tempo que se lhes seguirá, impõe-se a reconstrução do PSD como o grande partido popular nacional, que se reencontre com os Portugueses, incluindo aqueles que deixaram de confiar no PSD em favor de outros partidos mais recentes ou, simplesmente, da abstenção.

Como afirmou Sá Carneiro *"O nosso Partido não se pode dirigir apenas aos sociais-democratas, tem de se dirigir a todos os portugueses, e entre eles, aos descontentes"*. E são tantos e cada vez mais os portugueses descontentes e desmotivados.

O País precisa de um PSD que lute para vencer e para governar, que não se conforme com resultados tão decepcionantes como a derrota das últimas legislativas, nem com o objetivo menor de retirar a maioria absoluta ao PS ou de viabilizar ou apoiar a continuidade da governação socialista. O líder do PSD tem sempre de ser o candidato a Primeiro-Ministro; não se reduzindo a ser um proto-candidato a Vice-Primeiro Ministro, ou a um apoio de recurso ao PS e a António Costa.

O PSD deve apresentar-se em listas próprias às legislativas antecipadas de 2022, com o objetivo de alcançar uma vitória em linha com a sua vocação maioritária. Vocação esta que se traduz preferencialmente na obtenção de uma maioria absoluta ou na formação de uma maioria estável, aberta aos nossos parceiros naturais (CDS e IL), que sustente um governo com o horizonte da legislatura. Só uma vitória, uma governação e uma maioria do PSD poderão dar ao País uma verdadeira alternativa ao socialismo.

No quadro pós-eleitoral, e sem prejuízo do respeito pela vontade expressa pelos eleitores, o PSD deve recusar a solução de bloco central ainda que de meia-legislatura. O PSD deve recusar também a formação de coligações ou alianças com forças políticas radicais, sejam de direita ou de esquerda. Qualquer destas vias alimentaria populismos e radicalismos, com a mesma incapacidade reformista. Nenhuma serve o interesse nacional de um reformismo ambicioso e moderado.

A missão do PSD é corporizar e liderar a Alternativa ao Socialismo, liderar para governar, governar para reformar e reformar para dar aos Portugueses o futuro e o País que merecem.

Neste mandato dos órgãos nacionais do PSD ocorrerão também as eleições regionais da Região Autónoma da Madeira em que o partido nacional deverá apoiar solidária e diligentemente o PSD Madeira na sua luta também pela vitória, pela continuidade da sua vocação maioritária e do seu projeto de prosperidade e coesão em favor dos Madeirenses e Porto Santenses. A defesa da autonomia regional e dos governos do PSD que por ela tanto fazem e fizeram foi e continuará a ser uma marca de água dos valores essenciais e da estratégia política do PSD.

II. Eixos Fundamentais de uma Alternativa para Portugal

1. Uma Democracia de Qualidade e um Estado de Confiança

As democracias Europeias vivem anos difíceis. A Democracia Portuguesa tem, infelizmente, sofrido mais do que outras, como o demonstra a queda na avaliação da qualidade da nossa democracia em *rankings* internacionais. Isto reflete-se, por sua vez, na crescente perda de confiança dos portugueses nas instituições políticas, demonstrada por vários estudos de opinião nacionais e internacionais.

São vários os elementos que justificam essa perda de confiança. A corrupção e os escândalos atingem a cúpula do Estado e da classe política sem consequências políticas. O Partido Socialista tem vindo a matar a ideia de responsabilidade política, ao confundir a responsabilidade dos políticos apenas com a responsabilidade criminal. E até desta os portugueses duvidam, perante um sistema de justiça frequentemente ineficaz. A separação e escrutínio independente dos poderes, alicerce do Estado de Direito Democrático, também tem vindo a ser colocada em causa através de uma prática política, verbalizada pelo próprio Primeiro Ministro, que tudo faz para limitar o controlo independente do poder político. Esta mesma cultura socialista da política promove, igualmente, uma cada vez maior ocupação partidária da administração pública. A partidarização do Estado não se limita a

excluir os melhores do Estado. Também mina a confiança dos cidadãos na isenção e imparcialidade desse Estado.

Uma Democracia forte e de qualidade não é apenas um fim em si mesmo. É também o que mais pode contribuir para o desenvolvimento económico e social do país, como o demonstram vários estudos comparados. Instituições de qualidade, eticamente sólidas, não capturadas por interesses particulares (partidários ou económicos), são o que mais contribui para o desenvolvimento económico e social de um país. É por isso que começamos por este eixo. Só com uma democracia que promova e garanta tais instituições podemos ter sucesso em tudo o resto. Só um Estado digno de confiança e que confie nos cidadãos está ao serviço do crescimento e desenvolvimento, em vez de ser um mero instrumento de redistribuição da pouca riqueza do país entre os privilegiados que dominam esse Estado. Só uma democracia assente num espaço público plural e numa sociedade civil livre e exigente e em que a separação de poderes é respeitada está em condições de verdadeiramente promover essas instituições de qualidade e integridade. Essa democracia exige também um verdadeiro Estado de Direito, aquele em que o Direito se encontra ao serviço da Justiça e não de uns poucos que explorem os formalismos do Direito para impedir a Justiça. E esta democracia, e o nosso Estado, têm hoje de ser pensados à luz do que a União Europeia nos oferece e nos exige, num mundo crescentemente interdependente e com novos desafios e oportunidades.

Um Estado que Mereça Confiança: Reforçar a Integridade, Combater a Corrupção, Garantir Isenção e Imparcialidade

Mais de 94% dos Portugueses inquiridos no último Eurobarómetro da Comissão Europeia sobre corrupção consideraram, em 2020, que a corrupção é um problema comum em Portugal, bem acima da média europeia de 71%.

As instituições em Portugal vivem uma evidente crise de confiança e, consequentemente, uma crise de legitimidade e eficácia. A capacidade de crescimento económico e o desenvolvimento social dependem da capacidade de reconquistar a confiança dos cidadãos e dos investidores, com reformas que aumentem a transparência, a integridade, a responsabilização e a qualificação das instituições.

O combate à corrupção deve ser uma prioridade, nomeadamente refletida na **criação de uma agência anticorrupção altamente especializada e com poderes efetivos de investigação, prossecução criminal e sensibilização**, dando um sinal visível de combate à criminalidade de colarinho branco praticada em Portugal.

A dignificação das instituições públicas passa também pelo **reforço de um sistema político livre de conflitos de interesse, reais ou potenciais, que atue de forma transparente perante os Eleitores e prestando contas a quem serve**. Urge reformar, para garantir a integridade do sistema político e a confiança dos cidadãos no mesmo.

Para retomar a confiança dos cidadãos num Estado é fundamental **despartidarizar a Administração Pública, garantindo que funciona apenas e só de acordo com o mérito e a legalidade e que os cidadãos podem confiar na sua isenção e imparcialidade.**

Os Portugueses devem ter a oportunidade de participar nas decisões políticas que moldam os destinos do País. Essa participação não tem sido potenciada, não existindo ou não se divulgando plataformas de participação civil, o que tem resultado no desperdício de recursos valiosos de quem, todos os dias, acompanha Portugal. **O envolvimento da Sociedade Civil nas decisões políticas e no seu escrutínio constitui um recurso valioso e que deve ser acolhido, de forma organizada, através da criação de uma rede nacional de comunidades de inteligência coletiva,** capazes de gerar um verdadeiro sentido de Comunidade e de participação na vida política nacional. O mesmo deve ser promovido no que diz respeito ao escrutínio das decisões de investimento do Estado, com instrumentos inovadores já disponíveis, um acompanhamento pela sociedade civil da forma como o Estado gasta os seus recursos.

Tudo isto é fundamental para repor a confiança no Estado. Há um círculo vicioso que se cria entre a perda de confiança dos cidadãos no Estado e a falta de confiança do Estado nos cidadãos. Os cidadãos não acreditam num Estado isento, imparcial e de qualidade. A partidarização do Estado, os conflitos de interesse, a opacidade e as suspeitas de corrupção dão razões para essa desconfiança. Ao mesmo tempo, o Estado torna-se mais burocrático como forma de compensar essa desconfiança, acabando, ele próprio, por se comportar com enorme desconfiança dos cidadãos. É fundamental romper este círculo vicioso.

Um Estado que Confie nos Cidadãos, Simples e Capacitado

O Estado deve funcionar num pressuposto de confiança nos cidadãos. Este princípio não pode, por sua vez, ser um mero *slogan*. Tem de se refletir, por exemplo, na forma como processos de autorização ou licenciamento são organizados. Também exige um Estado acessível aos cidadãos, que devem poder compreender, de forma fácil, o seu funcionamento, os direitos de que dispõem e as obrigações a que estão adstritos.

A verdade é que o cidadão comum não consegue hoje perceber como funciona o Estado, o que faz e qual o valor acrescentado que tem em muitas das suas áreas de intervenção. Para além da falta de transparência, o Estado é visto como aquele que exige, mas não cumpre e aquele que critica, mas não resolve. O Estado tornou-se, em muitos casos, um obstáculo à iniciativa dos cidadãos em vez de uma alavanca ao serviço dos mesmos. O Estado tornou-se num monstro devorador de recursos e dinheiro e de pouco retorno. A opacidade e falta de consistência e dados sobre como e porquê o Estado decide e age valida esta perceção dos cidadãos.

A digitalização é, neste contexto, uma oportunidade mais do que um desafio.

Portugal tem alargado o número de serviços públicos prestados por via digital. Tem também, nalguns casos em resultado de iniciativas de governos do nosso partido (como os Espaços do Cidadão), conseguido que essa digitalização esteja ao serviço de todos, incluindo aqueles que por razões de iliteracia digital ou falta de meios não podem fazer um uso direto dessas ferramentas.

Essa digitalização tem, assim, facilitado o acesso ao Estado, mas não tem simplificado o funcionamento do Estado nem a relação de cidadãos e empresas com o mesmo. A cultura de decisão dentro do Estado permanece, em larga medida, inalterada. O princípio é o da desconfiança perante empresas e cidadãos. O foco é colocado na forma em vez da substância. As “vias sacras” burocráticas são constantes e, em muitos casos, difíceis de compreender para os cidadãos.

Também a qualidade e a quantidade dos dados sobre políticas públicas e os processos de avaliação e monitorização das mesmas são débeis, quando não inexistentes. Sem bons processos de decisão dificilmente existem boas políticas públicas. E sem bons dados, bons métodos e uma avaliação séria e exigente, não existem bons processos de decisão. **Uma política global de dados de apoio às decisões públicas e de avaliação de qualidade ex-ante e ex-post das políticas públicas é fundamental.**

Para a qualidade das políticas públicas, e dos dados e massa crítica que apoiem a sua elaboração, é também fundamental **organizar o Estado de forma simples e estável**, nomeadamente criando uma nova orgânica governativa e do Estado que garanta maior estabilidade nos serviços públicos que suportam as decisões políticas, administrativas e legislativas.

Uma Administração e Gestão Públicas com mais autonomia e prestação de contas

A administração e a gestão públicas têm sido objeto de merecida atenção por parte de diversos governos, mas nunca foram alvo de uma verdadeira abordagem holística orientada à gestão da qualidade e à prestação de um serviço público rápido e eficiente. Isso também tem de se refletir na forma de gestão dos serviços públicos, nomeadamente as respetivas fronteiras organizacionais devendo ser promovida uma governação integrada.

É necessário alterar a forma de funcionamento verticalizado e segmentado que caracteriza a Administração Pública, de modo a melhorar o funcionamento desta. Urge **adaptar o modo de funcionamento e gestão da Administração Pública, de modo a assegurar a prestação horizontal e integral de serviços orientados para as necessidades dos Cidadãos e não de acordo com a orgânica clássica da administração. Urge também adotar a mesma lógica na prossecução de missões e tarefas do Estado que exigem, para o seu efetivo sucesso, a intervenção de diferentes serviços e o alinhamento de diferentes políticas públicas.**

Importa também **direcionar a Administração e Gestão Pública para os resultados**. As políticas e serviços públicos devem ser desenhadas e avaliadas em função dos resultados concretos que atingem e não apenas dos serviços prestados ou investimento realizado. Os serviços devem ser incentivados a medir a sua produtividade em função desses resultados. Esta orientação permitirá, e aproveitando as lições ganhas com a pandemia e a criação de ferramentas e métodos alternativos de trabalho, **redefinir o modelo de trabalho dos funcionários públicos, nomeadamente flexibilizando a prestação do trabalho em regime presencial em função do tipo de atividade**. Da mesma forma, **os funcionários públicos devem beneficiar de prémios, não apenas em função dos resultados alcançados, mas também das poupanças que o Estado consiga obter**.

Esta orientação para os resultados deve também ser o princípio fundamental que regule a relação do Estado com os privados: nos apoios concedidos, com serviços prestados por privados, com serviços concessionados pelo Estado. O Estado deve pagar em função dos resultados. Não compete ao Estado assumir o risco dos privados.

Considera-se que também urge **valorizar e maximizar a carreira pública, nomeadamente dos professores, seja através do ajustamento dos salários, seja da melhoria das condições de trabalho e da diferenciação e valorização dos melhores profissionais**, criando ferramentas efetivas de gestão dos recursos humanos públicos que permitam reter e atrair talento para o Estado. Para isto **é fundamental criar uma estrutura capacitada de gestão dos recursos humanos da Administração Pública e que assegure, a sua plena e efetiva despartidarização**.

A orientação para os resultados e o reforço do mérito e capacitação na Administração e gestão públicas vai permitir uma maior autonomia de gestão, desburocratizando o funcionamento interna da administração e gestão públicas e oferecendo instrumentos e flexibilidade que permitem melhorar a qualidade e eficácia dessa gestão.

Uma Democracia de Qualidade

A qualidade da democracia portuguesa tem vindo a diminuir, segundo recentes avaliações internacionais. Os inúmeros problemas de integridade nas instituições políticas e do Estado explicam parte dessa queda. A credibilização dessas instituições, reforçando a transparência, prevenindo os conflitos de interesse, despartidarizando o Estado, combatendo a corrupção, têm de estar no centro da mudança da nossa cultura política e do Estado que mudem a nossa democracia para melhor.

Essas mudanças, sendo essenciais, não são suficientes. É fundamental proteger e promover os árbitros do sistema. Aqueles que garantem a integridade da democracia, definem as fronteiras da política, previnem os abusos do poder (público e privado), protegem os interesses sub-representados no sistema político, como os

das gerações futuras ou territórios menos povoados, e garantem a credibilidade e autoridade da informação em que assentam o debate democrático e a deliberação política.

Sabemos como a governação socialista combateu o escrutínio independente e a separação de poderes. É **essencial reestabelecer as condições que garantam uma verdadeira separação de poderes, nomeadamente reforçando a independência dos poderes que escrutinam o poder político.** Este reforço da independência deve ser sempre acompanhado de formas de responsabilização próprias para esses poderes.

O mesmo deve ser promovido quanto aos reguladores. Também aqui, estamos longe do que uma democracia de qualidade exige na prevenção dos conflitos de interesse entre reguladores e regulados ou regulador e poder político e partidário. Talvez nunca como ao longo deste último governo socialista esses conflitos de interesse tenham sido tão patentes e todas as fronteiras de controle político ultrapassadas. É prioritário **estabelecer uma verdadeira independência política e económica dos reguladores.**

A democracia também depende de um espaço público livre e plural. Num certo sentido, os jornalistas são os editores desse espaço público. Sem jornalismo independente e de qualidade e sem pluralismo dos meios de comunicação social não teremos uma democracia de qualidade.

O consumo pago de jornais e revistas, em papel ou digital, tem vindo a decair nos últimos anos, em virtude do aparecimento de novas formas de distribuição e consumo, em particular as plataformas digitais. Estas controlam hoje parte significativa da distribuição e edição de informação, mudando o paradigma da informação, mas também colocando em crise o modelo de negócio e sustentabilidade do jornalismo.

Acresce que os processos editoriais (a seleção do que lemos feita por quem nos disponibiliza as notícias, sejam jornais ou redes sociais) variam bastante consoante o meio de distribuição e consumo. É hoje conhecido que os algoritmos das redes sociais (responsáveis por esse processo editorial nas plataformas digitais) tendem a facilitar disseminação de desinformação e a criar “bolhas informativas” que reforçam preconceitos e radicalizam ainda mais as posições políticas. Isto coloca em causa o pluralismo e tolerância no espaço público em que assenta a nossa democracia.

Estes riscos não se combatem, no entanto, nem com censura nem com o controlo pelos governos, de forma direta ou indireta, dos meios de comunicação social. É necessário salvar e promover o pluralismo, não acabar com ele.

É responsabilidade nacional assegurar uma maior literacia mediática dos cidadãos e proteger o pluralismo dos meios de comunicação social. Isso pode exigir, no atual contexto, **medidas que ajudem esses meios de comunicação social e, sobretudo,**

o jornalismo a sobreviver aos atuais desafios ao seu modelo de negócio e financiamento. Essas medidas não devem, no entanto, permitir ao governo decidir quem recebe quanto. Devem antes ser medidas que incentivem e apoiem **a criação de hábitos de consumo pagos de jornais e revistas pelos cidadãos.**

A Justiça e o Estado de Direito

Deve assumir-se, sem medo, que **o sistema de justiça Português não goza hoje de grande credibilidade junto dos cidadãos.** Um retrato honesto e fiel do nosso sistema de justiça reconhecerá que há áreas em que funciona bem, mas muitas outras revelam sérios problemas. **A morosidade é uma das principais críticas dos cidadãos e também um forte obstáculo** à competitividade da nossa economia e ao investimento estrangeiro.

O sistema de justiça sofre também um custo reputacional decorrente da sua **frequente ineficácia em processos complexos e de forte impacto político e social.** A percepção de que a Justiça é ineficaz não é apenas um problema de ineficiência económica e social, é um ataque ao conceito de Estado de Direito. **Nada mina mais a confiança na ideia do Estado de Direito do que a percepção pelos cidadãos de que a Justiça não é igual para todos.**

É necessário agir ao nível da eficácia e celeridade do sistema porque o próprio Estado de Direito assim o impõe. Isto exige mudanças tanto nas leis como na gestão da justiça. Exige mudanças, tanto a montante (diminuindo o que conduz a inúmeros contenciosos em certas áreas da lei), como a jusante (na eficácia de resolução desse contencioso). Exige também mudanças na formação e na cultura dos diferentes operadores do Direito.

A ineficácia e morosidade com que o nosso sistema penal lida com certos ilícitos, em particular os crimes de colarinho branco, conduz ao seu desprestígio e protege certo tipo de criminalidade cuja punição se arrasta (quando não chega mesmo a não se efetivar). **É necessário não permitir o uso meramente dilatatório de normas e instrumentos jurídicos que visam a proteção do arguido, mas não isentar de punição certos comportamentos. As garantias do Estado de Direito não se devem transformar numa cobertura para, em nome do Estado de Direito, se atacar esse Estado de Direito, promovendo uma sujeição diferente ao Direito consoante se é rico ou pobre, poderoso ou frágil. Temos de equilibrar as preocupações com as garantias próprias de um Estado de Direito com a sujeição igual de todos os cidadãos a esse mesmo Estado de Direito.**

São também várias as áreas em que a morosidade e ineficácia do nosso sistema de justiça se transforma numa denegação de justiça, num obstáculo à competitividade e ao investimento e até numa distorção da concorrência entre empresas (por vezes, premiando os piores e penalizando os melhores).

No que diz respeito ao contencioso de execução ou de insolvência é usual ter de se aguardar anos a fio por sentenças longas e de difícil compreensão e descobrir como o património que podia ressarcir qualquer dívida já há muito que foi delapidado.

Mais de 95% do contencioso civil é de execução, vendo-se os Tribunais Portugueses inundados de processos cuja construção e julgamento é frequentemente simples, mas cuja tramitação própria e a atual taxa de ocupação dos tribunais torna complexo e, ao final de tanto tempo, quase só útil para efeitos de recuperação do IVA.

Problemas semelhantes ou piores afetam os procedimentos de insolvência e liquidação de empresas cuja ineficiência não promove a rápida saída do mercado das empresas 'zombies', criando um lastro não apenas ao nível dos nossos já assoberbados tribunais mas também na economia nacional.

Os contenciosos administrativo e fiscal não estão melhores, demorando, em média, mais de 6 anos para tramitar um processo. Atendendo, por exemplo, a que mais de 50% dos processos fiscais são decididos a favor do contribuinte, isso significa que durante todo o tempo do processo o contribuinte viu ser-lhe negada Justiça.

A Justiça Portuguesa é hoje um problema social e económico. Um País em que os cidadãos acham que tribunais não funcionam, é um País em que o cumprimento da lei não releva e onde se mina a confiança no Estado de Direito. Um País assim não favorece o crescimento e não promove o investimento.

Sem dúvida que deve ser assegurada a composição e capacitação dos quadros de funcionários e magistrados judiciais, bem como a atuação destes em condições de plena independência, responsabilidade e autonomia. Mas, como já mencionado, **a resposta aos problemas do nosso sistema de justiça exige intervir a vários níveis e com diferentes políticas. Prioritário, entre estas, deverá estar a simplificação processual e de gestão dos processos associada, quer a um choque tecnológico, quer a um maior poder dos juízes na condução dos processos.** Este deve **respeitar, e até aprofundar a independência da nossa magistratura e sistema judicial, mas, em contrapartida, sujeitá-lo a mecanismos de prestação de contas e responsabilização que permitam garantir que essa independência está ao serviço de uma justiça que recorde que a forma é um meio e não o fim da justiça e que só existe verdadeiramente justiça se for célere e eficaz.**

Neste contexto, **será importante será fornecer ao público, de forma acessível e permanente, dados estatísticos sobre o desempenho do sistema judicial, mas também desenvolver sistemas de monitorização e avaliação eficazes das magistraturas,** correspondentes ao nível de independência que lhes deve ser reconhecido e exigido. **É necessário encontrar formas de responsabilização e sistemas de incentivos à eficiência adequados à independência do sistema judicial.**

Uma parte importante da resolução dos problemas de morosidade e eficácia no sistema de justiça passam pela atribuição de mais autonomia aos magistrados na condução dos processos, mas, isso só será verdadeiramente eficaz se tiver lugar uma

verdadeira alteração da cultura judicial dominante de forma a que os juízes coloquem essa autonomia acrescida ao serviço de uma justiça mais célere e eficaz. E, naturalmente, essa autonomia terá de ocorrer num quadro de acrescida responsabilização.

Uma governação mais próxima

A qualidade da governação passa também pelo adequado grau de proximidade face aos cidadãos e aos seus problemas.

A Constituição proclama a intenção de um Estado que, sendo unitário, respeite *“na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública”*.

Porém, Portugal continua a ser dos países mais centralizados da OCDE nas várias medidas de distribuição vertical de competências, despesa ou trabalhadores públicos. Este modelo de governação tem raízes históricas e em algumas épocas importantes da nossa história contribuiu para a afirmação do nosso país e para a promoção do bem-estar dos portugueses. Mas, face à aceleração da mudança tecnológica e da globalização no século XXI, o Estado Central não foi capaz de responder com velocidade e eficácia às necessidades das diferentes regiões. Estas, com escassos instrumentos e dependentes do Estado central, ficaram em muitos casos incapazes de responder aos novos desafios e oportunidades.

A competitividade do país e o seu desenvolvimento integral e com coesão territorial requerem um novo modelo de governação que permita a definição de estratégias e de políticas específicas para os territórios.

A descentralização permite aumento da eficiência e eficácia da gestão dos recursos e da prestação de serviços públicos, mediante a proximidade da avaliação e da decisão pública atendendo às especificidades locais. A descentralização permite também uma responsabilização política mais imediata e eficaz.

Ao invés, a centralização administrativa pode acarretar desvantagens resultantes da degradação e perda de informação ao longo da cadeia de decisão, da inviabilização da otimização face às preferências locais e à maior e melhor qualidade da informação existente, gerando processos de tomada de decisão mais longos e ineficientes e aumentando o custo de gestão devido à necessidade de uma estrutura mais complexa.

A última governação do PSD promoveu avanços significativos na descentralização para autarquias locais, seja por transferência universal e legal de competências no domínio dos sistemas de transportes públicos de passageiros, seja por método de transferência gradual e contratual, em áreas sociais mais sensíveis como a educação, os cuidados primários de saúde, a gestão de equipamentos culturais e a rede de atendimento público dos serviços do Estado.

O governo socialista alterou a estratégia, optando, em áreas como a educação, saúde e inclusão e ação social, por exemplo, por uma transferência que sendo legal e universal, envolveu bastante menos responsabilidades, autonomia e possibilidades de decisão local. A descentralização socialista restringiu-se a tarefas de acompanhamento, consulta e prestação de serviços de suporte, como a manutenção de infraestruturas e equipamentos ou a disponibilidade de pessoal administrativo.

Portugal precisa de regressar a um caminho de verdadeira descentralização para as autarquias locais. Acreditamos que, nos domínios mais sensíveis, em particular nas áreas sociais, o progresso gradual e contratual, com maior ajustamento local e avaliação de resultados é preferível e também condição de confiança para se ir bastante mais longe nas competências que são efetivamente descentralizadas.

A execução da descentralização deve obedecer a um conjunto de princípios e requisitos comuns, tais como o não aumento da despesa pública global, o incremento da eficiência e da eficácia da gestão dos recursos pelos municípios ou entidades intermunicipais, a promoção da coesão territorial e a adoção de procedimentos inovadores e diferenciados de gestão, permitindo a otimização dos serviços prestados ao nível local.

Dada a diversidade de condições, escalas e capacidades dos 308 municípios, o método gradual deve também acomodar as possibilidades de integração e partilha de serviços entre municípios seja em método associativo, seja pela concretização da descentralização para entidades intermunicipais, em função da escala ótima para cada competência.

Outro plano em que a Constituição continua por concretizar é a regionalização. Aqui, porém, o consenso nacional ainda não existe, os resultados do último referendo continuam a marcar, e a preparação das estruturas da organização territorial do Estado são bastante mais incipientes, quando comparadas com as mais de quatro décadas de bem-sucedido poder local.

As cautelas não devem, porém, significar inação. **Portugal ganharia com um reforço do nível regional da administração do Estado.**

A regionalização deve começar a ser preparada e o caminho a ser trilhado. Embora dependente de emenda constitucional, **é de equacionar começar por uma região administrativa piloto**, provavelmente a do Algarve que já coincide nas estruturas de nível de NUT2 e 3. Este **método gradual** permitiria uma preparação adequada e o acompanhamento e avaliação atentos para que o País possa ganhar confiança no projeto previamente à sua extensão a todo o território de Portugal continental.

A regionalização não será, contudo, a única via, ou a mais rapidamente praticável, para dar voz à visão e aos interesses regionais nas decisões do Estado central. Entretanto, **é fundamental reforçar a participação regional efetiva nas instâncias de decisão central. Assim, as CCDRs devem ter representação direta na cúpula decisória de agências econômicas do Estado (AICEP, COMPETE). Para além da**

valorização Conselho de Concertação Territorial, deve ser criado um Conselho de Ministros para o Território, com periodicidade mensal, que integre os Ministros competentes em razão da matéria e os presidentes das CCDRs.

Um Estado Europeu num Mundo Global

O papel do país não pode hoje deixar de ser visto à luz da nossa participação no processo de integração europeia e das oportunidades e desafios que esta comporta. Não será por acaso que os períodos de maior crescimento económico do país nas últimas décadas se deram após a adesão a espaços económicos abertos e integrados. Quando soubemos tirar partido dessas oportunidades, e mudar de acordo com elas, crescemos e convergimos. Quando nos acomodamos e perdemos a ambição e o ímpeto reformista, divergimos.

Temos de ter uma estratégia económica e política em função dessa participação num espaço económico integrado. A transformação da nossa economia deve ser feita atendendo a essa capacidade de perceber a Europa em que participamos e o mundo em que estamos.

Mas também devemos tentar, na medida e de acordo com os instrumentos de *soft power* próprios de um Estado como o nosso, moldar a Europa de acordo com os nossos interesses. Um dos principais capitais políticos que se tem na União Europeia é a credibilidade. Foi isso que os sacrifícios dos portugueses conquistaram durante o período da bancarrota e assistência económica e financeira. Na sequência dessa credibilidade reconquistada pelos portugueses, durante um governo liderado pelo nosso partido, os socialistas chegaram a prometer que iriam mudar a Europa de acordo com os interesses do nosso país. Na verdade, não apenas não conseguiram nada de relevante na Europa como, ao coligar-se com partidos eurocéticos, afastaram o país do centro da Europa.

Apesar de termos tido durante um breve período a presidência do Eurogrupo, Portugal não conseguiu promover nenhuma reforma importante na União Económica e Monetária. Completar a União Bancária, concretizar a União de Mercado de Capitais ou o reforço da capacidade orçamental da União Europeia são tudo objetivos e instrumentos que não tiveram, infelizmente, nenhum desenvolvimento significativo nos últimos anos. É verdade que a União Europeia voltou a enfrentar uma crise de enormes dimensões com a pandemia, mas esta, devido à sua natureza exógena e comum a todos os Estados, constituiu antes a única oportunidade para serem dados alguns passos em frente no reforço da capacidade política e dos meios financeiros e de solidariedade da União. É importante, no entanto, garantir que os precedentes assumidos durante a atual crise pandémica se consolidam, não sendo apenas transitórios e temporários, como alguns pretendem, mas passem antes a fazer parte das políticas da União Europeia.

Em particular, é importante, no quadro da atual Conferência sobre o Futuro da Europa, que Portugal suporte ativamente três reformas. Primeiro, o **reforço da capacidade orçamental da União Europeia, através de novos recursos próprios, e a conclusão dos pilares necessários ao bom funcionamento da União Económica e Monetária, nomeadamente a União Bancária e a União de Mercado de Capitais**. Segundo, o **reforço da capacidade de intervenção da União onde possa oferecer valor acrescentado face aos Estados Membros**: desde as alterações climáticas à investigação e políticas de saúde de dimensão transnacional (como a pandemia); desde a reposição a nível europeu da capacidade de regulação pública que os Estados perderam em vários domínios transnacionais (do digital ao desporto, passando pelo fiscal) à capacidade negocial e de influência geoestratégica num mundo global. Terceiro, o **reforço da dimensão política da Europa, promovendo uma maior participação dos cidadãos na política europeia e oferecendo uma escolha entre diferentes projetos políticos para a Europa, sem com isso diminuir a democracia nacional**.

A nossa posição na Europa deve também estar ancorada nos pilares fundamentais do processo de integração europeia, em particular o Estado de Direito Democrático, o mercado interno e o princípio da coesão.

É essa consciência ativa da nossa posição na Europa que nos trará também maior capacidade de nos ajustarmos às grandes alterações do mundo, muitas das quais escapam ao nosso controlo. **A nossa política externa tem de usar a presença na Europa para favorecer a nossa posição no mundo e usar esta última para favorecer a nossa posição na Europa**.

Isso significa continuar a alimentar relações privilegiadas com os países de língua portuguesa e com os nossos aliados tradicionais. Mas também exige, à luz das mudanças no mundo, ser capaz de constituir novas alianças e redes estratégicas. Isto é ainda mais importante face às alterações geopolíticas muito relevantes em curso no mundo. **O Estado deve, em particular, desenvolver uma capacidade de massa crítica interna, focada na previsão da evolução do mundo e de forma a antecipar as alterações necessárias das nossas políticas para podermos respondermos com sucesso aos desafios, ou tirar partido das oportunidades, resultantes dessa evolução previsível**.

A vocação europeia de Portugal em nada colide, bem pelo contrário, com a relação transatlântica (Estados Unidos) e com o Reino Unido, nosso aliado tradicional. Portugal deve continuar com o seu total empenhamento na NATO, enquanto organização de defesa.

A política externa deve também ser pensada em estreita relação com a política de defesa que, hoje em dia, não pode ser entendida apenas no sentido militar mais tradicional. É preciso adaptar a defesa às novas necessidades do país e desenvolver novas competências e atribuir-lhe novas funções. De particular importância para uma nova política de defesa será a área da ciber-segurança e criminalidade, assim

como a atenção às ameaças não-estaduais. Ao mesmo tempo, as novas dimensões da política de segurança e defesa permitirão ao país tirar mais partido das competências existentes nas nossas forças armadas e de segurança, bem como atrair talento para o Estado em novas áreas (como as tecnológicas) necessárias para estes domínios da soberania.

A língua portuguesa, uma das mais faladas em todo o planeta, e a presença global da nossa cultura e história são ativos que têm de ser valorizados, promovendo e divulgando novas criações artísticas na área do cinema, teatro, artes plásticas ou literatura, para reforçar a nossa imagem como país criativo e inovador e a nossa posição no mundo.

2. Um País de Oportunidades para Todos com Justiça Social, Intergeracional e Territorial

Os elevados índices de pobreza, que a pandemia Covid-19 tornou ainda mais visíveis, são um indicador das falhas da nossa democracia. A associação entre pobreza e baixa mobilidade social afasta milhões de portugueses da esperança numa vida melhor. Muitos optam por procurá-la noutra país, emigrando, e tornando assim Portugal mais pobre, reduzindo o nosso potencial de crescimento económico.

A pobreza em Portugal afeta cerca de 20% da população mais idosa e jovem. Somos também um dos países mais desiguais da Europa. Em 2019, antes da pandemia, os rendimentos dos 20% mais ricos em Portugal eram quase sete vezes superiores aos rendimentos dos 20% mais pobres. **Portugal era o sexto Estado-membro da União Europeia mais desigual** de acordo com aquele rácio. **Mas, pior, esta desigualdade é, entre nós, uma quase condenação à pobreza para as gerações seguintes, devido à muita baixa mobilidade social.** Segundo um [estudo](#) da OCDE de 2018, são precisas cinco gerações para que uma família portuguesa entre as 10% mais pobres atinja um nível de rendimento médio. Em média, na OCDE, são necessárias apenas quatro gerações.

Em Portugal, ter um emprego não é garantia para escapar à pobreza. Em 2019, uma em cada dez pessoas empregadas corria risco de pobreza, isto é, de ter um rendimento inferior a 40% do rendimento mediano. Em 2019, cerca de 3 milhões de agregados, ou seja, 45% das famílias portuguesas, não tinha rendimento suficientemente elevado para pagar IRS.

Se olharmos para os dados de efetiva privação material, constatamos que em 2019, mais de 13% dos portugueses sofriam de alguma privação material (por exemplo, dificuldade em pagar a renda ou hipoteca ou aquecer a casa).

Desde 2015, a recuperação dos rendimentos apregoada pelo Governo do Partido Socialista apoiado pelas esquerdas tem sido exagerada. Entre 2015 e 2020, a remuneração média mensal em paridade de poder de compra, aumentou apenas 9,3% (8,3% na EU-27), apenas a 14ª taxa de crescimento mais elevada da EU-27. Em 2020, Portugal tinha a oitava remuneração média mais baixa da União Europeia, em paridade de poder de compra. O falhanço da estratégia de aumento do salário mínimo no arrastamento do salário mediano e médio, levou a que hoje atualmente cerca de 25% dos portugueses vivam do salário mínimo, um dos mais baixos da EU-27. Estes dados revelam a persistente estagnação dos rendimentos da classe média e a falta de perspetivas de melhoria das suas condições de vida.

Em suma, Portugal encontra-se num triste pódio dos lugares cimeiros na maioria dos indicadores de pobreza, de desigualdade e de pouca mobilidade social.

Em 2019, antes da pandemia, a taxa de desemprego dos jovens era superior a 18%, a sexta taxa mais elevada da União Europeia. Acresce que a cobertura dos jovens pelo subsídio de desemprego é muito inferior à das outras gerações, para além de estarem sujeitos a maior precariedade laboral. **O mercado de trabalho é, no entanto, apenas uma das áreas onde os jovens sofrem de condições menos favoráveis. Do mercado habitacional às prestações sociais sucedem-se os estudos que demonstram uma crescente disparidade de tratamento a que as novas gerações estão sujeitas.** À falta de mobilidade social acresce assim um problema de justiça inter-geracional na nossa sociedade. É uma das novas formas de desigualdade. A outra é uma desigualdade territorial.

O País enfrenta uma grave assimetria de desenvolvimento e riqueza entre diferentes regiões. Onde se nasce e se vive tornou-se o mais forte indicador da probabilidade de se ser e permanecer pobre. Isto conduz, por sua vez, a uma perda de população, particularmente os mais qualificados, nesses territórios, sem perspectivas de inversão ou de estancamento da tendência das últimas décadas. É um círculo vicioso de empobrecimento. Sem população qualificada e atividade económica esses territórios têm menos capacidade de atrair e reter talento e investimento e, sem estes, o empobrecimento mantém-se, ou agrava-se, e os mais jovens e qualificados saem. É urgente quebrar este círculo vicioso em que caímos e devolver a esperança e ambição de uma vida melhor aos portugueses, em Portugal.

Promover a Mobilidade Social e Garantir a Justiça Social

A estagnação da economia portuguesa tem sido um pesado constrangimento à justiça e à mobilidade social. Sem crescimento sustentado, o incentivo à mobilidade de trabalhadores para setores mais dinâmicos é muito reduzido, as oportunidades de trabalho para os jovens são limitadas, a capacidade das famílias de saírem da pobreza fica comprometida. O desígnio nacional para a próxima legislatura tem de ser o do crescimento sustentado no tempo e sustentável para o ambiente e para os cidadãos.

O que a experiência dos últimos anos demonstra é que medidas por decreto para melhorar os rendimentos têm uma capacidade limitada de melhorar verdadeiramente a vida dos cidadãos. Sem crescimento, não existe verdadeiramente hipótese de mobilidade social porque a economia torna-se num jogo de soma nula: para alguém subir na vida, outra pessoa tem de descer; para um jovem entrar no mercado de trabalho, uma pessoa mais velha tem de sair. **Numa economia estagnada e sem mobilidade social, as desigualdades acentuam-se a as novas gerações não conseguem encontrar novas oportunidades.**

Apesar de alguma diminuição relativa do retorno da educação nas últimas décadas, a educação continua a ser o maior e mais poderoso instrumento de mobilidade social. Por exemplo, não completar o ensino superior é muito penalizador em termos de rendimento. Os rendimentos dos indivíduos que completam apenas o ensino

secundário ou profissional são, em média, inferiores em um terço ao rendimento dos que completam o ensino superior.

No entanto, Portugal é também um dos países da OCDE onde os resultados da educação mais dependem do estatuto socioeconómico dos pais. Segundo dados da OCDE, Portugal era o sexto país com uma discrepância mais elevada nos resultados da avaliação internacional PISA em Matemática entre os alunos que se encontram no primeiro e o último escalão de rendimento familiar, perpetuando a desigualdade económica e social para as futuras gerações. Os mais ricos têm melhor educação e, logo, maior probabilidade de ficarem ainda mais ricos enquanto o contrário acontece aos mais pobres.

Para além do mais, existem competências específicas que serão fundamentais para o sucesso no futuro. Por exemplo, no âmbito da digitalização, em Portugal apenas 52% das famílias têm competências digitais, 4p.p. abaixo da média da UE de 56%. No entanto, para as famílias mais pobres, essa taxa desce para 23% em Portugal, enquanto na UE é de 41%. Em Portugal, a pobreza tem um efeito desproporcional na aquisição de competências digitais.

Parte significativa do que promoverá a mobilidade social decorrerá da transformação que temos de fazer da nossa economia e do crescimento económico muito mais significativo e sustentado que tal nos trará. Mas há outras **políticas públicas que são muito relevantes para promover a mobilidade social e assegurar também justiça social. Educação, saúde, transportes e habitação são três dessas políticas. Algumas envolvem serviços que devem ser de acesso universal dos cidadãos. Este deve ser real e, o mais possível, assentar nas escolhas dos próprios cidadãos. Devemos alargar o acesso de todos os cidadãos aos melhores serviços, independentemente de preconceitos ideológicos sobre o público e o privado.**

Educação

Não é possível alcançar objetivos de mobilidade social, sem atentar no desenho do sistema educativo, desde a primeira infância até ao ensino superior, com vista a assegurar que este é capaz de dar resposta às atuais exigências de competências num mundo em constante mudança.

Hoje, o maior desafio das políticas públicas de educação consiste em decidir como preparar as crianças e os jovens para um futuro marcado por elevada imprevisibilidade, face às evoluções rápidas que o mundo tem conhecido e conhecerá, com repercussões profundas na vida social e profissional. E fazê-lo sem deixar ninguém para trás. Daqui a 20 ou 30 anos, quais serão os conhecimentos mais úteis para uma vida ativa ou que competências serão mais-valia no mercado de trabalho? Ninguém sabe ao certo. Mas o que se sabe permite afirmar o seguinte: **seja qual for o futuro, o caminho para nos prepararmos terá de ser plural, de modo a responder a uma enorme diversidade de interesses e ambições dos jovens, enquanto se**

assegura a todos, sem exceção, uma aquisição sólida de conhecimentos de base, que permitirão aos adultos de amanhã ajustar-se aos múltiplos obstáculos que venham a enfrentar. Só isto fará da educação um instrumento de mobilidade social, em vez de servir para perpetuar desigualdades.

Um olhar lúcido sobre a Educação em Portugal deve começar pelo reconhecimento do caminho percorrido. Não está tudo mal. Aliás, a evolução da Educação em Portugal, desde a década de 1980, foi uma das faces mais notórias do desenvolvimento do país em democracia. Construiu-se uma rede pública de oferta educativa que, em articulação com o ensino particular e cooperativo, universalizou o acesso ao ensino básico e secundário e, anos depois, fixou-se como prioridade o investimento na qualidade da aprendizagem — seja na formação dos professores, seja nos conteúdos dos programas escolares ou ainda em provas para monitorização da aprendizagem. Os resultados desse percurso manifestam-se nos indicadores nacionais e internacionais, inquestionavelmente positivos. As taxas reais de escolarização subiram consistentemente, enquanto o abandono escolar caiu a pique. A percentagem de jovens até aos 34 anos com ensino superior atingiu os 45%. **Nas avaliações internacionais, como as do PISA (OCDE) ou do TIMSS, os alunos portugueses deram provas de uma notável melhoria, mostrando o bom trabalho que se fez nas escolas e colocando Portugal acima de vários dos seus parceiros europeus.**

Portugal melhorou muito, mas prevalecem desafios estruturais no sistema educativo. Primeiro, garantir que as medidas estruturais que construíram os bons resultados desde 2000 não são revertidas. Neste aspeto, há sinais preocupantes vindos das avaliações internacionais acerca do impacto das políticas recentes na Educação resultantes da governação socialista. Segundo, **importa quebrar definitivamente a prevalência das condições socioeconómicas das famílias na probabilidade de sucesso escolar dos alunos.** Os alunos mais ricos têm acesso a melhor educação e, logo, melhores resultados e um futuro mais promissor. Não é aceitável que o futuro de tantas crianças fique condicionado à partida pelo seu ponto de partida económico-social — ao Estado compete criar soluções para que nenhum aluno fique para trás e o sistema educativo promova a mobilidade social. Terceiro, **há que dar mais um passo em frente no caminho de desenvolvimento do sistema educativo, agora rumo à sua modernização, tornando-o mais autónomo, flexível e plural, para a sua adequação aos desafios exigentes e imprevisíveis dos adultos do futuro.**

Estes três pontos fazem parte de um mesmo todo. Não basta assinalar que os três são imprescindíveis para a modernização do sistema educativo português. É preciso sublinhar a dimensão do desafio: pela primeira vez desde 1986, quando a Lei de Bases do Sistema Educativo foi promulgada, **a evolução do sistema educativo dependerá da capacidade de os decisores políticos abdicarem de modelos centralistas, cada vez mais obsoletos e raros no contexto europeu, a favor de modelos que privilegiam a autonomia de decisão das escolas, a monitorização de desempenhos e a escolha das famílias.**

Para lá da autonomia das escolas, do envolvimento das famílias e da monitorização de desempenhos, haverá três **prioridades que tocam diretamente o perfil substantivo do sistema e não apenas o seu modelo de organização.**

Primeira prioridade: garantir a oferta gratuita e universal do ensino pré-escolar entre os 3 e os 5 anos, podendo mesmo estabelecer-se a sua obrigatoriedade. As competências que podem desenvolver-se na infância são frequentemente irrecuperáveis mais tardiamente e, por isso, o ensino pré-escolar é um garante fundamental da igualdade de oportunidades e da mobilidade social. A rede universal de pré-escolar deve assentar numa cooperação entre as autarquias, o sector social, os sectores público e privado. O acesso gratuito deve ser independente da natureza do estabelecimento.

Segunda prioridade: a aposta no ensino e na formação profissional e técnico-profissional, seja no grau secundário, no nível superior, seja num nível independente de ambos ao longo da vida. É fundamental adequar a habilitação e a preparação às necessidades presentes e futuras do mercado de trabalho e assegurar ainda a formação ou reconversão profissional ao longo da vida. Trata-se de mais um instrumento imprescindível para pôr a funcionar o elevador social.

Terceira prioridade: a garantia de exigência no ensino básico e secundário que, como acima se indicou, tem vindo a decair com efeitos visíveis nas avaliações internacionais. Só uma escola pública exigente será efetivamente inclusiva, já que os alunos provindos dos estratos socioculturais mais baixos não dispõem de alternativas (no ensino privado, através de explicações ou por via do seu entorno sociofamiliar). O reforço da exigência é também decisivo para a competitividade dos alunos portugueses em face de sistemas especialmente rigorosos, como os de alguns países de leste ou dos gigantes asiáticos.

Finalmente, são hoje evidentes as **consequências nefastas do radicalismo ideológico patente nos ataques socialistas à liberdade de ensino e às ofertas educativas em cooperação de setores,** como os contratos de associação, que se vieram provar simultaneamente mais custo-eficientes e educativamente melhor sucedidas.

Saúde e Vida Saudável

O Serviço Nacional de Saúde foi e continua a ser uma das maiores conquistas da Democracia Portuguesa. É graças a essa reforma, que o PSD implementou e desenvolveu, que hoje nos podemos orgulhar de indicadores de saúde como uma taxa de mortalidade infantil inferior à média Europeia, ou um nível de cobertura vacinal exemplar a nível mundial.

O Serviço Nacional de Saúde teve um impacto de tal maneira positivo na sociedade Portuguesa que todos parecem ter medo de lhe "mexer". **Num mundo em constante mudança, no entanto, as instituições que não se conseguem modernizar continua-**

mente acabam por tornar-se obsoletas e cair. Ser defensor do Serviço Nacional de Saúde não significa ser conservador em relação a ele. Antes pelo contrário.

Não podemos ignorar o agravamento recente em múltiplos indicadores de saúde nem as inúmeras demissões por parte de responsáveis médicos de diferentes unidades hospitalares. Isto revela uma situação preocupante no SNS. Sem dúvida que a pandemia constituiu uma pressão enorme e inesperada no SNS e que, em muitos aspetos, o sistema respondeu com qualidade devido ao empenho e coragem dos seus profissionais. Mas a pandemia também expôs, para lá de agravar, o estado quase calamitoso a que chegou o SNS. E é patente a sua incapacidade, no estado atual, de responder às necessidades de diagnóstico e tratamento, em múltiplas doenças, que foram suspensas com a pandemia. Hoje, os portugueses são forçados a optar entre recorrer a uma oferta de saúde privada (cujos preços aconselham à contratação de um seguro de saúde ao qual podem não ter acesso) ou a integrarem listas de espera intermináveis para poderem ter acesso a cuidados elementares de saúde na rede pública.

Parte importante da responsabilidade por este estado de coisas é de atribuir à ausência de investimento por parte da governação socialista e à contaminação ideológica que promoveu na política de saúde. A outra parte resulta de um défice mais estrutural; a incapacidade de pensar o futuro do SNS para lá das pressões do imediato. É tempo de pensar no futuro e questionar: O que funcionou? O que falhou? O que aprendemos? Como nos podemos reinventar, melhorar e preparar para os desafios futuros da Saúde em Portugal? Isto exige pensar para lá de disputas estéreis sobre dualidades “público/privado” ou “prática exclusiva/não exclusiva” pelos profissionais do SNS. É necessário pensar o SNS com base nas evidências e nos dados e não com base em preconceitos ideológicos. E a partir daí oferecer uma visão que consiga mobilizar todo um país, tal e qual aconteceu há 40 anos atrás.

O pilar fundamental tem de ser a garantia de acesso universal a cuidados de saúde para todos os portugueses, que os indicadores mais recentes sobre os médicos de família ou os gastos das famílias portuguesas em saúde vieram provar estar longe de estar alcançado. Eis alguns aspetos fundamentais de tal reforma.

É necessário investir em Saúde e não apenas em cuidados de Saúde. O foco do Ministério da Saúde deverá passar a estar centrado na construção de uma sociedade mais saudável e resiliente através da promoção da saúde e prevenção da doença. O facto de apenas menos de 1% do orçamento da saúde ser investido a impedir que as pessoas fiquem, de facto, doentes demonstra que o sistema atual não foi desenhado de forma a dar resposta às tendências epidemiológicas de hoje (mas sim às de há 40 anos atrás). Note-se que os países da OCDE investem, em média, 3% dos seus orçamentos nas áreas da prevenção.

É crucial reforçar a **transição digital do Serviço Nacional de Saúde, agilizando e desmaterializando o processo de acompanhamento médico.** Mas é importante que a digitalização não constitua uma barreira à proximidade entre utentes e pro-

fissionais de saúde, mas, pelo contrário, ajude a melhorar e democratizar o acesso aos cuidados de saúde, a combater a solidão e a reduzir as distâncias.

Decidir sobre os regimes de gestão dos Hospitais do SNS tem de ser um processo baseado na evidência e não em preconceitos ideológicos. Deve orientar-se, antes de mais, pelo princípio da qualidade (feita de eficácia, eficiência, prontidão, centralidade no utente, segurança e equidade dos serviços de saúde prestados). Na gestão pública deve ser garantida autonomia à administração hospitalar, com medição e avaliação dos resultados e consequente responsabilização. Na relação entre público, privado e social, Portugal é um país com recursos demasiado escassos para poder dar-se ao luxo de deixar o sector privado e social fora do SNS. É imperativo garantir que todos (entidades públicas e privadas), sem exceção, são envolvidos na defesa da saúde da população.

O número de Portugueses sem médico de família ou enfermeiro de família atribuídos é gritante e constitui mais um exemplo das graves desigualdades que persistem na nossa sociedade, neste caso no acesso a cuidados de saúde. Num verdadeiro Estado Social de Direito, é impensável um cenário em que o acesso a cuidados primários de saúde não está acessível a qualquer pessoa. Para resolver esta questão é fundamental uma solução que faça uso de todos os diferentes prestadores de saúde e repense os diferentes regimes num quadro em que o que **objetivo tem sempre de ser aquele de universalizar o acesso aos melhores cuidados de saúde a todos os portugueses.**

Isto também exige **conferir maior estabilidade ao financiamento e planeamento do Serviço Nacional de Saúde e de**, tal como já existem exemplos internacionais, **o orientar para os resultados atingidos** e não os apenas o número de exames ou procedimentos. **O utente e as suas escolhas devem estar no centro destas políticas.** Partindo das necessidades e escolhas do utente será também mais fácil proceder à muito necessária simplificação do sistema de saúde português melhorando respostas e políticas e eliminando duplicações e desperdícios.

O nível de envelhecimento da nossa população exige igualmente à **criação de respostas específicas não apenas no que diz respeito a cuidados médicos especializados, incluindo cuidados paliativos, mas também no que diz respeito à prevenção e a medidas de envelhecimento ativo**, de modo a reduzir, tanto quanto possível, as necessidades de utilização dos serviços de saúde. Uma prioridade máxima do sector da saúde nacional tem de ser o **desenvolvimento de novas soluções que nos permitam, no médio e longo prazo, cuidar dos idosos dependentes de forma sustentável.** A menos que algo seja feito nesta área, o país não será capaz de financiar os cuidados de saúde de que mais de metade da sua população (idosa e doente) precisará dentro de 20 anos.

É necessário **estimular a prática do exercício físico desde a infância.** Portugal é o país europeu com menor taxa de participação desportiva em todos os escalões etários, com prejuízos graves para o serviço nacional de saúde.

O **Desporto, a promoção da atividade física, é um aspeto essencial do estilo de vida saudável** e pode e deve ser também considerado como uma ferramenta de prevenção na área da saúde. Mas, o Estado deve também **reconhecer o valor e potencial económico do desporto**, que é não apenas a atividade de lazer mais importante mas também um sector económico de enorme importância e dos que mais crescimento tem tido. Neste contexto, o Estado deve passar a ter uma política integrada de valorização económica do desporto, em particular enquanto atividade exportadora de serviços e bens. **A contrapartida deste reconhecimento deve ser uma melhoria dos processos de governação das organizações, associações e sociedades desportivas e das atividades económicas que lhes são conexas**, em particular de forma a limitar os riscos de atividades ilegais que crescentemente lhes estão associados (da corrupção ao branqueamento de capitais). O Estado deve assim, por um lado, reconhecer o potencial económico destas atividades, incluindo através de incentivos que lhes estejam especificamente dirigidos, por outro lado, condicionar esses eventuais incentivos ao cumprimento de bons princípios de governação.

Garantir o acesso universal a infraestruturas de transportes e comunicações

Uma rede de transportes públicas eficiente, que permita o acesso a escolas e empregos em períodos de tempo curtos e a baixo custo, é uma condição essencial para a igualdade de oportunidades e para uma efetiva coesão territorial.

Adicionalmente, Portugal dispõe de boas infraestruturas rodoviárias, mas uma fraca cobertura ferroviária e com ligações muito lentas. O atraso na implementação da rede 5G é grave, quando o acesso universal e com qualidade a internet rápida é cada vez mais uma condição necessária de integração económica e social. Há muito trabalho a fazer de modo a assegurar a plena cobertura do território nacional e, com isso, potenciar a Mobilidade Social dos Portugueses, e também na densificação de uma rede de transportes públicos nas grandes áreas metropolitanas. Para os territórios de mais baixa densidade o caminho passa pela implementação generalizada de Sistemas de Transporte Flexível a Pedido dinamizados pelas Comunidades Intermunicipais mas necessariamente apoiados por um esforço nacional.

Da perspetiva da competitividade da economia portuguesa o desenvolvimento interligado das infraestruturas portuárias e ferroviárias permitirão a Portugal aproveitar e potenciar a sua ímpar localização geoestratégica nos fluxos internacionais de mercadorias.

O investimento nas infraestruturas deve **dar prioridade à concretização efetiva dos investimentos que aumentem a capacidade e a cobertura nas infraestruturas de transportes e comunicações** com taxas de execução próximas do planeamento, de modo a conseguir impactar, efetivamente e de forma positiva, na qualidade de vida dos cidadãos, na coesão territorial, na sustentabilidade ambiental e energética e na competitividade nacional.

Atendendo à importância de assegurar uma cobertura efetiva do território nacional, **importa desenhar um mix de infraestruturas de transportes e comunicações moderno e sustentável** que garanta a cobertura integral do território tirando partido de mais de uma forma de transporte ou comunicação de forma sinérgica e evitando disrupções, falhas de cobertura ou sobreposições desnecessárias.

Para além do PRR e dos fundos europeus importa **apostar no investimento privado, sempre que seja adequado e o privado seja capaz de salvaguardar o interesse público e a prestação do serviço de forma mais eficiente que o próprio Estado. Para garantir isso mesmo**, tal como já enunciámos em termos gerais, **o Estado deve pagar com base nos resultados e não assumir o risco que compete aos privados.**

Acesso à habitação e melhoria das condições de habitação

Demasiados portugueses continuam a viver em habitações que não garantem a dignidade que uma democracia de mais de quatro décadas devia há muito ter alcançado. Os preços de aquisição ou arrendamento de habitação, especialmente nas maiores cidades, têm crescido muito e acima da evolução dos rendimentos das famílias. **Muitos idosos continuam a viver em habitações de baixa eficiência energética colocando a sua sobrevivência em causa em períodos com ondas de calor ou vagas de frio. Muitos jovens e profissionais estão limitados na sua mobilidade pela dificuldade no acesso à habitação. Muitos profissionais, nomeadamente nas áreas da educação e da saúde, não aproveitam oportunidades de emprego pelo elevado custo da habitação.**

As políticas de habitação das sucessivas governações socialistas são um duplo fracasso: seja quando reverteram ou prolongaram congelamentos e rigidez nos mercados habitacionais, seja quando falharam redondamente nas suas promessas de promoção pública da habitação a custos controlados. Como resultado, desincentivaram o investimento em nova habitação e encareceram a oferta existente. Paralelamente a inovação financeira, a política monetária expansionista e o direcionamento de procura externa ao mercado imobiliário português estimularam a procura, enquanto as políticas socialistas paralisavam a capacidade de resposta da oferta.

Acresce que as alterações estruturais, nomeadamente as que decorrem do envelhecimento da população e das transições climáticas, irão exigir uma elevada flexibilidade de ajustamento por parte das empresas e trabalhadores para reponderem aos novos desafios e oportunidades. **O acesso à habitação é uma condição necessária para uma adaptação rápida a um contexto de acelerada transformação estrutural e requer o recurso da diferentes abordagens e instrumentos de política pública.**

Uma dimensão do problema no acesso à habitação diz respeito aos jovens que se deslocam para frequentar o ensino superior e para a entrada no mercado de trabalho. Em ambos os casos a mobilidade é um fator essencial e o arrendamento subsidiado deve ser o principal instrumento. No caso dos estudantes, o acesso a

residências estudantis, promovidas pela ação social ou em parceria com privados, deve ser alargado. No caso dos jovens em início de vida ativa, o incentivo ao arrendamento deve ser também recuperado e muito aprofundado, invertendo a tendência da última década.

Uma outra dimensão do problema do acesso à habitação coloca-se aos jovens que, tendo estabelecido residência numa localidade, pretendem aí fixar-se de um modo permanente. Nesses casos, para além da promoção de um bom funcionamento do mercado de arrendamento, é fundamental garantir o acesso à habitação a preços que não representem uma sobrecarga para as famílias.

A resposta do mercado à procura requer processo de licenciamentos rápidos e transparentes, ajustamento da fiscalidade, redução dos custos de contexto, agilização dos processos de reclassificação do uso do solo e um massivo aproveitamento de imóveis devolutos ou subtilizados, tanto públicos como privados.

Finalmente, fez-se muito pouco na área da habitação social. De facto, por uma questão de princípio constitucional, faz sentido defender o aumento da oferta pública de habitação. Se a habitação é um direito e se compete ao Estado garanti-lo, então tem de haver um parque público de habitação digno desse nome, o que significa ir ao encontro das necessidades de vários segmentos populacionais. É preciso dedicar uma atenção especial aos grupos mais vulneráveis da população até porque os bairros de génese ilegal ainda são uma realidade, a que é preciso dar resposta. **Esta oferta pública de habitação não só deve incluir edifícios já existentes, que o Estado possa converter (algo que tem vindo a ser anunciado e paulatinamente a ser implementado), mas também pode passar igualmente pela construção de novos fogos.** A promoção pública da oferta pode ser tanto direta, como indireta, exigindo que novos projetos imobiliários de maior dimensão possam incluir uma parte de habitação a custos acessíveis.

O PRR e algumas intervenções promovidas pelas autarquias poderão resolver uma parte significativa desse problema, se existir e for implementada uma estratégia para aproveitar os recursos disponibilizados para esse efeito.

Promover a Justiça Intergeracional

Em qualquer comunidade com sentido de continuidade e justiça existe um contrato social entre gerações que garante uma distribuição justa de recursos entre essas gerações. As decisões que tomamos hoje têm um impacto no Mundo que vamos deixar aos nossos filhos e aos nossos netos. **A Justiça Intergeracional** visa garantir que as gerações atuais assumem as suas responsabilidades para com as próximas gerações, as quais terão de lidar com as consequências de decisões e de políticas atuais. A Justiça **Intergeracional** é a garantia de que o contrato social entre gerações é respeitado e de que as condições que promovem a mobilidade social são preservadas e potenciadas.

Vários dos principais desafios que o país enfrenta suscitam o tema da justiça intergeracional.

Garantir a sustentabilidade da dívida pública, que em 2020 atingiu um máximo histórico de 135% do PIB, é essencial para o bem-estar das gerações presentes e futuras. O peso da despesa pública (49,3% do PIB em 2020) e a sua elevada rigidez (cerca de 75% é gasto em prestações sociais e salários ou 32% do PIB em 2020), associados a uma elevada carga fiscal (37,4% do PIB em 2020), colocam um enorme desafio à redução desta dívida pública, representando o risco de vir a ser um pesado fardo para as futuras gerações.

Nos últimos anos, a estratégia de gestão da dívida pública tem sido desenhada para tempos fáceis em que as compras de obrigações por parte do BCE têm desempenhado um papel importante na colocação da dívida pública Portuguesa. As maturidades médias da dívida não têm vindo a ser aumentadas nos últimos anos, num contexto muito favorável para o fazer. Esta oportunidade perdida em termos de extensão das maturidades da dívida pública é injusta do ponto de vista intergeracional, optando-se por poupanças de juros no presente relativamente ao futuro.

Como já dissemos a qualidade das instituições e, em particular, da transparência e eficiência na condução da política orçamental é uma condição necessária para a sustentabilidade da dívida pública. Infelizmente, nos anos do Governo do PS assistimos a uma deterioração da qualidade do processo orçamental. Primeiro, através de um uso excessivo do instrumento das cativações, que para além de introduzir opacidade no processo de execução orçamental, reduz drasticamente o espaço de ação dos ministérios para implementarem reformas setoriais. Em segundo lugar, o sucessivo adiamento da entrada em vigor da Lei de Enquadramento Orçamental, que visa introduzir um quadro plurianual da despesa pública com vista a incentivar a sustentabilidade das contas públicas numa perspectiva de médio prazo. Em terceiro lugar, nos últimos dois anos o Governo do PS não publicou o decreto-lei de Execução Orçamental, não cumprindo assim o previsto na Lei.

Também o sistema de segurança social português assenta num pacto entre gerações que está em risco de não ser cumprido. Os que hoje descontam para receber a sua pensão no futuro esperam que as gerações futuras tenham disponibilidade e capacidade para pagar as suas próprias pensões. É, por isso, um sistema que se baseia na confiança entre gerações. O agravamento dos índices de dependência colocará cada vez maior pressão sobre uma população ativa em contração, por via da evolução demográfica negativa do país, que terá de financiar com as suas contribuições sociais uma população de pensionistas cada vez maior. O aumento das contribuições sociais só será suportável com um aumento dos rendimentos sustentado em melhorias muito significativas da produtividade. De outra forma, poderá constituir um forte desincentivo aos trabalhadores e induzir a emigração, em particular dos mais qualificados.

Como forma de proteção deste contrato intergeracional, é necessário **desenhar e implementar políticas públicas que incentivem a poupança das famílias e a contratação de mecanismos complementares de seguro social privados**, incluindo os de iniciativa empresarial, e permitir a efetiva conjugação destes com a pensão de reforma/subsídio de desemprego atribuído pelo Estado.

Entendemos que garantir **uma efetiva Mobilidade Social para os Portugueses e salvaguardar a Justiça Intergeracional às crianças e jovens do nosso País são dois objetivos absolutamente determinantes e incontornáveis de um regime democrático e que devem orientar transversalmente as políticas públicas das próximas décadas.**

Nesse contexto, urge desenhar as políticas públicas das próximas décadas com o propósito de garantir o bem-estar de Todos. É essa a verdadeira democracia. Aquela que incorpora os interesses de todos e não apenas daqueles que podem fazer ouvir a sua voz num determinado momento. Este objetivo deve ser também expresso num **enquadramento institucional que garanta que os interesses das gerações futuras são tidos em conta, incluindo sujeitando as políticas públicas a avaliações de impacto intergeracional e de mobilidade social. Deve ser igualmente promovido um diálogo nacional participativo sobre a visão de Portugal para o futuro, com vista a estabelecer uma visão coletivamente negociada do que é “justo” para as gerações futuras e quais são os equilíbrios e compromissos entre o Presente e o Futuro.**

Garantir a Justiça Territorial, através da coesão territorial e da solidariedade com as autonomias

As oportunidades de vida de um português não deveriam depender do local onde se nasce. E, no entanto, esse é, frequentemente, o caso. Portugueses em diferentes partes do nosso território têm possibilidades bem diferentes de melhorar na vida, independentemente do seu mérito e esforço. Muitas vezes, a única hipótese de o conseguirem é emigrar dentro do seu próprio país ou para fora dele. E fazem-no partindo já em desvantagem. A mobilidade social não é apenas reduzida pela desigualdade social, mas também pela desigualdade territorial.

Apesar dos fundos europeus, esta assimetria entre territórios não tem diminuído de forma significativa e, nalguns casos, até se agravou. Ela conduz também a uma crescente perda de população em certos territórios, em particular, mas não apenas, no interior. Não parecem, infelizmente, existir perspetivas de inversão ou de estancamento da tendência das últimas décadas. Contudo, o Interior também pode oferecer custos de implantação mais baixos para empresas, serviços e pessoas e com melhor qualidade de vida. Tem de ser possível transformar o ciclo negativo atual num ciclo positivo, que possa combater o declínio demográfico desses territórios, ao mesmo tempo que oferece novas oportunidades económicas e melhor qualidade de vida a mais portugueses.

Para promover essa inversão é necessário **equacionar medidas de efetiva Justiça Territorial. O Estado tem que começar por dar o exemplo, criando programas de instalação de serviços públicos do Estado, associados à criação de centros de massa crítica, em zonas menos desenvolvidas e do Interior, bem como programas de incentivo à deslocalização dos trabalhadores públicos.**

Importa assegurar também a **criação de incentivos ao investimento estrangeiro e doméstico em zonas de menor densidade populacional e democratizar o acesso das populações do Interior aos programas de financiamento e recuperação do Interior.**

A valorização do interior e dos territórios de baixa densidade passa classicamente pela aposta nas vias de comunicação rodoviárias e ferroviárias, que é de facto imprescindível. **Hoje é, porém, também necessário assegurar a integral cobertura das comunicações digitais, seja a cobertura de rede móvel, seja a cobertura da nova rede 5G. A digitalização é a grande oportunidade de inverter o ciclo de abandono do interior, mas ela só terá êxito se as infraestruturas digitais forem universais e de alta qualidade.**

Acresce naturalmente **no domínio dos incentivos o regime fiscal, que é um fator decisivo de atratividade. A valorização Económica dos recursos endógenos e dos ecossistemas são outro vetor do desenvolvimento destes territórios.** A estas condições acrescentam-se naturalmente outros pressupostos importantes para mobilizar empresas e pessoas: **a qualidade dos serviços de saúde e de educação disponíveis bem como a acessibilidade à habitação.**

É essencial dotar os municípios e as regiões de instrumentos que lhes permitam promover políticas de desenvolvimento assentes nos seus recursos endógenos e na melhoria dos seus fatores de competitividade. Nesta dimensão, é também necessária uma **reconfiguração de grandes agências nacionais na área da atração de investimento direto estrangeiro (AICEP) e da atribuição de fundos europeus (COMPETE) que as torne mais próximas das necessidades dos territórios e das suas vantagens competitivas** e mais rápidas e flexíveis a responder às respetivas solicitações.

Numa perspetiva de natureza claramente diversa, dada a sua relevância constitucional e político-administrativa, **deve ser encarada a relação entre as Regiões Autónomas e a República.** O PSD é o partido fundador da autonomia regional dos Açores e da Madeira e tem sido desde sempre um defensor da autonomia.

É conhecida a aspiração de ambas as Regiões a **um aprofundamento da autonomia e persistência de um conjunto de divergências pendentes.**

Antes do mais, o PSD deve romper com a inércia do governo socialista que basicamente deixou na gaveta a resolução das questões pendentes com cada uma das Regiões Autónomas. Em rigor, **deve manter uma via aberta e permanente de diálogo entre os órgãos da República e os órgãos regionais.** Dada a recorrência

das questões financeiras, o PSD deve abrir-se à revisão da Lei das Finanças Regionais, que possa dar um quadro claro e estável das relações financeiras. Já no que diz respeito ao aprofundamento da autonomia, que pode ou não envolver uma revisão constitucional, **deve ser ponderada uma concessão de maior autonomia em sede fiscal.**

Deve também visitar-se a distribuição de competências legislativas, podendo alargar o espectro de atuação regional. Muitos dos problemas suscitados pela pandemia fazem luz sobre algumas das disfunções na coordenação entre o Governo da República e os governos regionais, podendo fazer luz sobre algumas das reformas ou ajustes a levar a cabo.

Importa também aproveitar o potencial das Regiões Autónomas enquanto elemento fundamental para **garantir a profundidade atlântica do País.** São também um espaço privilegiado para atrair investimento, testar medidas localizadas ou até programas piloto aproveitando as prerrogativas que a UE confere a estes territórios enquanto regiões ultraperiféricas, sempre no estrito respeito pelos respetivos estatutos político-administrativos.

Importa também **assegurar o cumprimento dos compromissos do Estado Português perante estes territórios, nomeadamente garantindo não só a concretização das transferências orçamentais aprovadas, como a regulamentação de medidas já aprovadas com vista à fixação de população e das empresas tanto nas Regiões Autónomas, como no interior de Portugal,** desenvolvendo não só as regras de mobilidade insular e de interioridade já hoje existentes, **mas também estudando novas formas de atrair pessoas, empresas e capital para estes territórios.**

3. Mais Crescimento, Mais Recursos, Melhores Salários

O modelo de desenvolvimento da Economia Portuguesa encontra-se num impasse entre um modelo esgotado, baseado nos baixos salários, e um modelo assente no conhecimento, no talento e na inovação, que tarda em afirmar-se. Crescimento económico robusto e convergência sustentada com a UE-27 só será possível com a afirmação desse novo modelo de desenvolvimento, que é também uma condição necessária para a sustentabilidade do Estado Social e para o crescimento dos salários.

Acelerar o Crescimento Económico

As primeiras duas décadas do século XXI caracterizaram-se por um fraco crescimento económico e uma divergência em relação aos níveis de rendimento da UE-27. Entre 2001 e 2020, o PIB *per capita* real português aumentou apenas 3,8%. Em percentagem do PIB *per capita* da UE-27, este indicador nacional diminuiu do valor máximo de 85%, alcançado no ano 2000, para 77% em 2020.

Em 2015, Portugal posicionava-se na 15.^a posição em termos de PIB *per capita* na UE-27. Em 2020, caiu para a 21.^a posição naquele *ranking*. No entanto, é importante salientar algumas mudanças na estrutura da economia portuguesa durante a última década, nomeadamente o aumento do peso das exportações no PIB, de cerca de 30% em 2010 para 45% em 2019, e o equilíbrio das contas externas desde 2013. Estas mudanças refletem uma melhoria da inserção da economia nacional na economia global, mas que é ainda insuficiente para arrastar o crescimento da produtividade e dos rendimentos e produzir efeitos visíveis no bem-estar dos portugueses.

Pese embora o equilíbrio das contas externas desde 2013, Portugal mantém um elevado nível de endividamento externo muito elevado (a Posição Líquida de Investimento Internacional negativa é superior a 100% do PIB), o que constitui uma fragilidade da Economia Portuguesa, tornando-a muito exposta a choques externos.

A estagnação da Economia Portuguesa tem sido um pesado constrangimento à Mobilidade Social. Sem crescimento sustentado, o incentivo à mobilidade dos trabalhadores para setores mais dinâmicos é muito reduzido, as oportunidades para os jovens são muito limitadas e a capacidade das famílias para saírem dos atuais níveis de pobreza fica comprometido. Embora as transferências sociais tenham um papel importante, não são a solução para um combate bem-sucedido à pobreza e desigualdade e a promoção da Justiça Social.

Acresce que o empobrecimento relativo de Portugal, no contexto Europeu, tem acelerado os fluxos de emigração, em particular dos jovens mais qualificados, enfraquecendo o potencial de crescimento do País e criando um círculo vicioso de expectativas diminuídas de melhoria das condições de vida, mais emigração e menos crescimento. Urge **travar rapidamente o êxodo de ‘cérebros’ nacional das últimas décadas, que tanto tem empobrecido o capital humano do nosso país.**

Num contexto de acelerada mudança tecnológica e mudanças estruturais associadas em particular à transição climática é essencial garantir capacidade de adaptação da economia às novas condições dos mercados. Essa adaptação requer, por lado, flexibilidade dos mercados e, por outro lado, a proteção e a qualificação e requalificação dos trabalhadores.

É possível identificar quatro grandes tendências que influenciarão a evolução das economias, os modelos de negócio das empresas e a organização do trabalho: (i) O teletrabalho e comércio eletrónico; (ii) As alterações na ocupação do território urbano; (iii) A concentração da força de trabalho nas empresas de maior dimensão; (iv) A aceleração dos processos de automação e digitalização.

A tecnologia estará presente desde a combinação de *big data* com inteligência humana para proporcionar melhores experiências aos clientes, até à automação com recurso à Inteligência Artificial ou à subcontratação na *cloud* de todos os processos de *back-office*, limitando a utilização de capital humano a tarefas críticas e de elevado valor acrescentado. Será mais importante estabelecer as parcerias certas com outras empresas do ecossistema, do que deter os ativos e será cada vez mais importante saber mobilizar e desmobilizar recursos à medida dos acontecimentos.

Prevê-se que mais de metade das crianças de hoje irão trabalhar em profissões que ainda não existem. No fundo, as empresas de sucesso continuarão a ser as que conseguirem maior reconhecimento do cliente, maior eficiência e acesso a recursos escassos, mas a forma como esses objetivos serão atingidos e as tarefas envolvidas serão certamente diferentes.

Tudo isto decorre num momento em que a transição de gerações afeta a perceção do papel das empresas na sociedade. Atualmente, as pessoas esperam coisas diferentes das empresas – já não se trata apenas de gerar retorno para o acionista. Na era da *Environmental, Social and Corporate Governance* (ESG), a sociedade e as próprias decisões políticas irão cada vez mais privilegiar as empresas que tiverem em atenção os impactos no seu ecossistema, o tratamento justo das pessoas e a requalificação dos profissionais.

O aumento das taxas de crescimento económico e a recuperação de uma trajetória de convergência, condição para a melhoria sustentada dos rendimentos e do bem-estar dos Portugueses, requer a transição para um modelo de desenvolvimento em que o conhecimento, as qualificações e a inovação preponderam como factores de criação de riqueza. Nesse modelo, os produtos e serviços são pensados tendo em vista os mercados globais.

Num contexto de acelerada mudança tecnológica e de reorganização das grandes cadeias globais de valor, **a alocação eficiente dos fatores produtivos para os setores com maior potencial de crescimento económico requer instituições do mercado de trabalho suficientemente flexíveis para permitir às empresas ajustar a força de trabalho e as suas qualificações às novas condições dos mercados.**

A grande vaga de fundos europeus via existência do PRR e do Portugal 2030 constitui uma enorme oportunidade, que não podemos desperdiçar, o momento ideal para acelerar a transformação dinâmica da nossa Economia. O PRR está aprovado e em execução. Apesar das suas debilidades enquanto instrumento de transformação da economia portuguesa, a prioridade agora deve ser a sua melhor execução, contribuindo para o alcance dos objetivos nas áreas da Resiliência, Transição Digital e Transição Climática.

O Portugal 2030 deve reforçar os fundos para a competitividade das empresas e para a transformação do modelo de desenvolvimento da economia, corrigindo o desequilíbrio da alocação de fundos do PRR em ações e investimento centrados no Estado.

Aumentar os salários médios e a produtividade nacional

Um dos reflexos do fraco crescimento económico, com maior impacto no bem-estar dos Portugueses, é a persistência de baixos salários nas últimas duas décadas, pese embora o aumento muito significativo dos níveis de escolaridade, que nas gerações mais jovens convergiram para os níveis da UE-27.

Os salários medianos mostram que, em 2019, 50% dos trabalhadores ganhavam até um salário mensal bruto de 865,00 euros, um valor correspondente a 69% do salário mínimo nacional nesse ano (€600,00). O salário médio mensal bruto, em 2019, foi de €1.176,00.

Acompanhando uma tendência global, o aumento do salário mínimo tem sido utilizado como um instrumento de política para reduzir as desigualdades salariais. No caso da economia portuguesa, tem sido também enfatizado o efeito potencial do aumento do salário mínimo na produtividade. No entanto, o efeito do aumento do salário mínimo, retomado em outubro de 2014, acima da média salarial da economia, aumentou a percentagem de trabalhadores cobertos pela remuneração mínima, mas não tem conduzido ao aumento geral dos salários. Reconhecendo a importância do aumento do salário mínimo, é necessário **recentrar a discussão no aumento generalizado dos salários.**

Uma condição necessária para o aumento sustentado dos salários é o crescimento da produtividade e esta tem estado estagnada desde o início do século XXI. Um contexto económico que favoreça a concentração de recursos em micro e pequenas empresas pode limitar o crescimento da produtividade agregada. A maioria das

micro e pequenas empresas apresenta baixos níveis de crescimento da produtividade. É assim necessário criar um ambiente económico que favoreça o crescimento de empresas inovadoras, sendo os processos de fusão e aquisição também um instrumento para dar às empresas portuguesas uma dimensão que as capacite para competir internacionalmente com base na inovação e diferenciação de produtos e serviços.

É essencial criar um contexto económico que promova a convergência da produtividade das empresas de topo nacional com os níveis de produtividade das suas congéneres europeias. A afirmação de um novo modelo de desenvolvimento assente nas qualificações, no conhecimento e na inovação, necessário ao crescimento da produtividade e dos salários, só se tornará realidade quando as empresas nacionais mais produtivas se aproximarem do desempenho das empresas europeias e globais de mais elevado desempenho.

Reformar o sistema fiscal para aliviar a carga fiscal

A elevada carga fiscal que os portugueses carregam é hoje uma evidência. Mesmo os partidos à esquerda, que sempre a desvalorizaram, parecem reconhecer os seus efeitos negativos sobre o bem-estar dos portugueses e para o desempenho da Economia Portuguesa. **A aceitação generalizada de medidas de redução do IRS sobre os jovens ou da excessiva carga fiscal sobre os combustíveis é reconhecimento da elevada carga fiscal que suportamos. Aumentar os impostos não pode ser opção e coloca em causa o desenvolvimento do país assente nas qualificações.**

O sistema fiscal Português orienta-se quase exclusivamente para sustentar a pesada máquina do Estado. Os salários dos funcionários públicos e as prestações sociais representam cerca de 75% da despesa pública total.

Apesar da pesada carga fiscal – que afeta, na verdade apenas 54% das Famílias Portuguesas, uma vez que as demais não pagam IRS – o Estado encontra-se estrangulado, com **reduzida folga orçamental para responder adequadamente ao ciclo económico e para planear o futuro ou para atuar de forma a garantir alguns dos princípios básicos do Estado Social de Direito.**

A fiscalidade é um factor de competitividade que tem de ser considerado na estratégia de atração e de fixação de investimento na economia global. **Apesar de o elevado endividamento público impedir uma redução significativa e brusca da carga fiscal, é necessário ter uma estratégia para a sua redução gradual no médio prazo, que seja consistente com o novo modelo de desenvolvimento assente no talento e na inovação.**

A taxa de IRC é das mais elevadas do mundo, podendo atingir um valor máximo de 31,5% para as grandes empresas com melhor desempenho. O acordo de 2013 entre o então Governo do PSD e CDS com o PS para reduzir a taxa nominal de IRC de 25% para 17% foi quebrado em 2015, com a mudança de líder do PS. Para além de inter-

romper um processo de convergência da taxa de IRC para a médio internacional, a quebra deste acordo foi mais uma manifestação da instabilidade do nosso sistema fiscal, com impacto muito negativo na confiança dos investidores internacionais e domésticos.

As negociações internacionais em curso para a fixação de uma taxa mínima de IRC de 15% poderão mitigar os efeitos negativos de uma elevada taxa de IRC na competitividade da Economia Portuguesa. Mas poderão também ser aproveitadas para um **alinhamento da fiscalidade sobre os lucros das empresas portuguesas com o praticado nos outros países.**

Num contexto de grande mobilidade dos trabalhadores, aumentada pela generalização do teletrabalho na área dos serviços, também o IRS é comparativamente elevado com o das economias europeias, com as quais concorreremos diretamente para atrair e fixar talento. Se os regimes extraordinários como o do IRS Jovem podem ajudar a mitigar a saída dos jovens mais qualificados, é necessário ter uma estratégia que faça reverter os ganhos de crescimento económico para a redução da carga fiscal, bem como as poupanças na despesa pública, que continuam a ser essenciais para a sustentabilidade das finanças públicas.

Um ambiente económico favorável ao crescimento das empresas

Na nova versão do índice de legislação de proteção do emprego da OCDE, Portugal posiciona-se no terceiro lugar em termos de rigidez do mercado de trabalho, a seguir a Israel e à República Checa. **No contexto de acelerada mudança, o Estado deve criar condições para que os trabalhadores possam deslocar-se para os setores e regiões onde existem mais empregos e melhores salários.**

Vários estudos têm demonstrado **a importância que a concorrência no mercado do produto, a flexibilidade do mercado de trabalho e a eficiência dos mercados financeiros para o crescimento das empresas e para aumento da sua produtividade, condições necessárias para que possam pagar melhores salários.**

Estudos demonstram que empresas em sectores com mais concorrência e com mercado de trabalho mais flexível têm maior probabilidade de crescer e de alcançar o topo em termos de produtividade. Empresas em sectores com maior incidência de empresas 'zombies', isto é, empresas muito ineficientes e que adotam muitas vezes práticas de concorrência desleal, têm mais dificuldade em crescer.

Neste contexto, o desempenho das entidades reguladoras, pouco avaliado em Portugal, uma legislação laboral e um sistema de qualificações que facilitem a adaptação das empresas e dos trabalhadores a novas condições tecnológicas e dos mercados, ou um procedimento de insolvências e de recuperação de empresas eficiente, que leva à rápida saída do mercado das empresas inviáveis, é essencial para o crescimento das empresas mais eficientes.

Pelo menos desde a entrada no Euro, em 1999, as reformas estruturais têm estado no centro da discussão das políticas económicas de crescimento e convergência. Na última década, com o Tratado Orçamental e a obrigatoriedade do Plano Nacional de Reformas no âmbito do Semestre Europeu, as reformas estruturais passaram a fazer parte do processo orçamental anual. **A realização dessas reformas é essencial para que Portugal possa ser competitivo no contexto do na Área do Euro e convirja para os níveis de rendimento da EU-27.**

Dados da OCDE mostram que as principais barreiras ao crescimento em Portugal e ao funcionamento livre do mercado são a complexidade da regulação e as barreiras à entrada nos serviços. E a burocracia ainda própria dos serviços públicos, desde a Administração Pública aos serviços locais, coloca frequentemente barreiras ao crescimento das empresas, criando obstáculos à prossecução dos seus propósitos e desmotivando mesmo os empresários mais resilientes.

É necessário criar as condições para o estabelecimento de modelos de negócio inovadores e empresas cujas práticas façam as pessoas sentirem-se realizadas e a crescer com aquilo que fazem, e obviamente recompensadas financeiramente pelo seu contributo. Algumas empresas portuguesas têm feito um caminho interessante nessas dimensões, com alguns exemplos de inovação extraordinários, que lhe permitiram atingir o estatuto de 'unicórnios'. No entanto, **o nosso ecossistema de empreendedorismo não beneficia das condições necessárias para tornar Portugal numa localização de excelência a nível global. Precisamos de melhorar a qualidade das nossas instituições para garantir que as nossas empresas têm condições para competir no mesmo plano das suas congéneres europeias e mundiais.**

Inverter a tendência demográfica atual e aproveitar o potencial humano

De acordo com os resultados preliminares do Censos, Portugal perdeu cerca de 214.000 residentes nos últimos 10 anos. De acordo com os dados da PORDATA, em 2020 o saldo natural, isto é, a diferença entre mortes e nascimentos, foi o pior desde que há registo. Ora, não é possível falar de Crescimento, sem falar de Demografia e, em particular da tendência negativa do índice demográfico a que hoje assistimos.

Desde 2010 que Portugal tem vindo a perder população, seja pela via natural, seja pela migratória. A primeira é uma decorrência de uma população cada vez mais envelhecida e que não pode ser, também e naturalmente, população ativa para os devidos efeitos laborais. Mas a segunda razão é uma decorrência dos salários médios pouco atrativos, da falta de oportunidades, da elevada carga fiscal e, no geral, das baixas expectativas no que diz respeito à geração de riqueza e à qualidade de vida. E, em pleno século XXI, a globalização só fomenta estes movimentos de capital humano, criando uma verdadeira 'corrida global pelo talento'.

Portugal tem sofrido uma verdadeira 'sangria migratória' e vários estudos demonstram que, a este ritmo, Portugal verá a sua população encolher significativamente nos próximos 30 anos, podendo chegar a um número algures entre os 7 e os 8 milhões de habitantes. O crescimento do País está dependente da **criação e aplicação de medidas altamente focadas na inversão da tendência demográfica, nomeadamente criando incentivos à retenção do talento nacional e à diminuição da emigração, mas também à entrada e integração de imigrantes jovens e qualificados** que queiram estabelecer-se em Portugal de forma tendencialmente permanente.

Outro aspeto fundamental de uma política migratória bem-sucedida, é a existência de instituições fortes que sejam eficazes e rápidas no controlo dos movimentos migratórios e na emissão de vistos. É incompreensível o tempo que hoje se demora a processar um visto em Portugal, sendo **urgente rever o funcionamento atual do SEF e a garantir a efetiva implementação da Agência Portuguesa para as Migrações e Asilo** de modo a assegurar o funcionamento dos mecanismos migratórios.

Sendo Portugal uma nação envelhecida, a saída da sua população ativa representa não apenas uma perda drástica de talento, mas também uma diminuição de receita e, conseqüentemente, um risco acrescido para a sustentabilidade das contas públicas e do sistema previdencial nacional.

A criação de incentivos à imigração deve ainda ter em linha de conta a **definição de medidas específicas de fomento à natalidade e de promoção de vida familiar, designadamente no que diz respeito à oferta de serviços essenciais nas áreas da saúde e das creches e pré-escolar.**

Algumas medidas são capazes de galvanizar a força de trabalho nacional e aumento os recursos disponíveis, tais como **o investimento, sob tutela do Ministério da Educação, numa verdadeira rede de creches e pré-escolar nacional, que permita aos Pais e Mães Portugueses deixar de escolher entre ter uma carreira profissional, ficar em casa com os filhos pequenos ou, sequer, ter filhos.**

A implementação de medidas focadas na Igualdade e na Paridade irão contribuir para a criação de riqueza e para a retenção de talento em Portugal. Medidas focadas na **definição de políticas de parentalidade paritárias para as famílias portuguesas, irão atenuar as diferenças de género no mercado laboral** e contribuir para terminar com a discriminação das Portuguesas que escolhem ser Mães em Portugal.

4. Melhor Conhecimento Para Mais Talento e Mais Inovação

Hoje, o maior desafio das políticas públicas de educação consiste em decidir como preparar as crianças e os jovens para um futuro marcado por elevada imprevisibilidade, face às evoluções rápidas que o mundo tem conhecido e conhecerá, com repercussões profundas na vida social e profissional. E fazê-lo sem deixar ninguém para trás.

Por outro lado, num contexto de rápidas mudanças tecnológicas e de alterações estruturais nas economias, a qualificação e requalificação dos trabalhadores e gestores é essencial para que as empresas possam adaptar-se à mudança e aproveitar as oportunidades criadas pelos novos contextos sociais e económicos. A Educação é a base fundamental para o elevador social que temos de reativar, a atração de investimento, empresas mais produtivas e inovadoras e um Portugal mais competitivo. As instituições do sistema científico e tecnológico têm de se posicionar entre as melhores a nível global na produção de Ciência e têm de ter a flexibilidade para ajustarem a sua oferta formativa às necessidades sociais e económicas nacionais.

É necessário garantir as condições para a valorização social e económica do conhecimento produzido nas universidades e politécnicos e para uma transição rápida para o mercado de trabalho. Só dessa forma se garantirá também um maior retorno em termos de rendimento e bem-estar para o grande investimento das famílias em educação.

Uma visão integrada da Educação

Os níveis de escolaridade aumentaram de forma muito significativa ao longo da última década. Apesar de sinais de estagnação nos últimos anos, até 2015 registaram-se melhorias também ao nível da qualidade, refletida na melhoria dos resultados em avaliações internacionais como o PISA, onde passámos a situar-nos nas três dimensões avaliadas acima da média da OCDE.

No entanto, **o retorno por cada ano de escolaridade tem vindo a diminuir ao longo do tempo e, paradoxalmente, os efeitos do aumento da escolaridade não veem refletidos nas estatísticas da produtividade. Estes resultados devem fazer-nos refletir sobre o nosso sistema de ensino e de qualificações e sobre a adequação da sua oferta às necessidades do mercado de trabalho.**

Portugal precisa de uma nova visão integrada associando a Educação e o sistema de qualificações. **A Educação não pode ser compartimentada e tem que ser vista como um processo de formação ao longo da vida, um paradigma de Educação Contínua, que inclui a educação obrigatória, a educação e formação profissional, a educação superior e a educação de adultos ao longo da vida.**

Compete ao sistema educativo preparar as crianças e jovens para enfrentarem os desafios próprios de um futuro marcado pela imprevisibilidade, pela inovação e pela necessidade de cultivar as competências exigidas pelo mercado de trabalho a uma rapidez bem maior do que a atual organização do sistema de ensino parece permitir.

Seja qual for o futuro, o caminho a seguir deverá ser plural, de modo a responder não só à enorme diversidade de interesses e ambições dos jovens, mas também assegurar que todos, sem exceção, beneficiam de uma aquisição sólida de conhecimentos de base, que permitirão os ajustar-se aos múltiplos obstáculos que possam ter de vir a enfrentar durante a sua vida profissional.

O Ensino em Portugal não é, hoje um acelerador da Mobilidade Social. Repetimos, neste contexto, ser essencial **diminuir a importância das condições sócio económicas das famílias na probabilidade de sucesso escolar dos estudantes**, não sendo aceitável que o futuro de tantas crianças e jovens fique condicionado pela incapacidade do sistema educativo português ultrapassar as condições sociais de partida. A desigualdade no acesso ao sistema educativo tornou-se ainda mais visível durante os períodos de confinamento na pandemia Covid-19, com as dificuldades de acesso à rede, e na incapacidade do Governo do PS disponibilizar, em tempo, equipamentos informáticos a professores e estudantes. **O Governo falhou na implementação de um plano de recuperação das aprendizagens perdidas durante a pandemia, que se repercutirão no percurso escolar e profissional dos alunos afetados.**

Os professores sentem-se pouco reconhecidos no seu trabalho. De acordo com avaliações internacionais, como o TALIS (OCDE), **apenas 9% dos professores se sentem valorizados. Acresce que a carreira docente está longe de ser a opção escolhida pelos alunos que terminam o ensino secundário com notas mais altas e competitivas para o acesso ao ensino superior. Entre vários fatores: baixas remunerações no início da carreira, elevada instabilidade profissional, uma progressão na carreira mais associada à antiguidade do que ao mérito do desempenho.**

Reconhece-se a importância de assegurar que a Escola – em qualquer faixa etária – deve ser um espaço seguro, não só ao nível de infraestruturas mas também dos comportamentos de todos os que frequentam o espaço escolar, sendo crucial **assegurar a qualidade e segurança das instalações educativas e a importância do corpo docente e auxiliar na formação das crianças e jovens e na promoção de um espaço de civismo, de tolerância, de ciência e de conforto para todos**, independentemente do respetivo contexto socioeconómico dos intervenientes ou das ideologias políticas, religiosas ou afins de quem os dirige.

O Ministério da Educação deve progressivamente assumir funções de regulador do sistema educativo, em vez de decisor — descentralizando a tomada de decisão e atribuindo às escolas mais autonomia para decidir sobre aspetos estruturais da sua oferta educativa. Só assim o país abandonará soluções “one size fits all” e deixará de ter “a escola pública” como modelo unificado, para, no seu lugar, ter “as

escolas públicas” (no plural) que, nas suas diferenças, responderão à grande diversidade de necessidades e ambições educativas dos alunos portugueses.

O sistema educativo não pode abdicar de acompanhar a evolução dos alunos. A comparabilidade entre provas externas de aferição deve ser preservada e, desde 2015, deixou de o ser. A existência de provas externas (de aferição ou não) em finais do ciclo do ensino básico atravessou vários governos, desde o início do século, até 2015, quando foi interrompida pelo governo PS — desperdiçando década e meia de compilação de dados. Desde então, o sistema educativo perdeu acesso a informação comparada sobre a aprendizagem e evolução dos alunos. **Mais autonomia às escolas tem de vir acompanhada por maior acompanhamento e monitorização por parte do Ministério da Educação, sendo as provas de aferição no final dos ciclos do ensino básico uma parte imprescindível desse trabalho.**

Acreditamos que a qualidade das escolas e do ensino beneficiará de **um maior envolvimento dos pais e da Comunidade no modelo escolar, cuja gestão se pretende mais autónoma e menos centralista, de modo a poder refletir as necessidades e circunstâncias da comunidade escolar que serve.**

Flexibilizar a oferta de cursos e vagas no Ensino Superior

O extraordinário aumento de qualificações nas últimas décadas constitui a maior oportunidade de transformação da economia e do aumento do rendimento. Mas, mesmo reconhecendo o quanto Portugal evoluiu desde a década de 70, é fácil concluir que é preciso ir mais longe, sobretudo na composição da oferta de cursos.

A afirmação de um modelo de desenvolvimento assente nas qualificações, no conhecimento e na inovação **tem de ter na sua base um sistema de Ensino Superior e um Sistema Científico e Tecnológico de excelência, que se posicione entre os melhores a nível internacional.**

Alcançar a excelência exige uma aposta em termos orçamentais e incentivos que posiciona as instituições de ensino superior na exigente competição internacional. **A lei de financiamento do ensino superior, que o Governo não cumpre de forma reiterada, é inadequada aos desafios que enfrentamos, não gerando um contexto de incentivos que promova o desenvolvimento das instituições e a sua afirmação internacional.**

Pela importância que têm para a empregabilidade e rendimentos futuros, e também para o aprofundamento de um novo modelo de desenvolvimento económico assente no conhecimento e nas qualificações, é necessário **investir no Ensino Superior, reforçando-se as componentes de inovação, modernização e utilização digital das ferramentas disponíveis, privilegiando o desenvolvimento da oferta nas áreas STEAM** (ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática).

Uma frequência bem-sucedida do Ensino Superior é uma das melhores ferramentas de Mobilidade Social e deve ser potenciada, assegurando-se o acesso efetivo de todos os jovens à rede pública do Ensino Superior, **garantindo não só a suficiência da dotação do Fundo de Ação Social e o pagamento efetivo das respetivas obrigações, mas também a operacionalização do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior.**

Ecosistema de Inovação e Empreendedorismo

Apesar dos progressos realizados nas últimas décadas, Portugal continua longe da fronteira tecnológica e as nossas empresas, com algumas exceções, continuam muito distantes das empresas mais produtivas a nível global. Portugal está em 16.º lugar na UE-27, relativamente a quanto se gasta do PIB em investigação e desenvolvimento.

A transferência para as empresas e sociedade do conhecimento gerado nas universidades continua aquém do seu potencial. É necessário aprofundar as pontes entre academia, *start-ups*, empresas nacionais e multinacionais. É também fundamental valorizar o corpo de investigadores e a ciência produzida nas áreas das Engenharias, Ciências Naturais ou Ciências da Vida traduzi-lo numa melhoria do posicionamento de Portugal nestas áreas, na atração de empreendedores, investidores e de talento para o País.

Em 2019, as *start-ups* já representavam 1,1% do PIB. Em 2021, Portugal atingiu o valor de mil milhões de investimento em *start-ups*, com destaque para os cinco unicórnios portugueses. No entanto, apenas um unicórnio se encontra baseado em Portugal, refletindo as fragilidades do ecossistema de inovação e empreendedorismo nacional. É necessário robustecer esse ecossistema, tornando-o mais favorável aos investidores em ***start-ups*, nomeadamente em projetos com origem nas universidades, criando condições para a disponibilização de *venture capital*.**

É importante, igualmente, valorizar novas formas de empreendedorismo, de alto valor acrescentado e fortes externalidades positivas, como aquelas ligadas à inovação social e cultural e ao investimento de impacto ambiental, social e cultural. Portugal iniciou, nesta matéria, no governo liderado pelo PSD uma estratégia líder a nível europeu que deve ser prosseguida, consolidada e alargada.

Portugal é um país que tem condições para atrair empreendedores que também procuram um bom local para viver, criar laços e família, e estabelecer raízes, gozando de excelente qualidade de vida a um custo razoável e integrados na Europa. Portugal vive, hoje, as circunstâncias perfeitas para **desenvolver medidas que permitam atrair talento empreendedor, nacional e estrangeiro, que permitam criar riqueza, emprego, receita e atrair investimento estrangeiro, acolhendo empresas disruptivas.**

5. Um País Ambientalmente Sustentável e uma Transição Energética Justa

Portugal está entre os países que poderão ser mais afetados pelas alterações climáticas. As respostas necessárias para enfrentar este grande desafio da Humanidade vão exigir não só mudanças de comportamentos, mas também novas políticas e grandes investimentos.

O paradigma energético estará cada vez mais focado nas energias renováveis, dando uma nova centralidade à mobilidade elétrica e, sobretudo, aos transportes públicos.

Mas o alcance dos objetivos fixados pela União Europeia para a descarbonização vai obrigar a investimentos massivos em eficiência energética e soluções de construção inovadoras e novos modelos de financiamento.

A preservação do capital natural do nosso país, em particular do Mar, da Água e das Florestas vão ocupar um lugar muito central na nossa sociedade e na nossa economia.

Ciência e economia para enfrentar os desafios da transição climática

Os problemas da emergência climática exigem a interação de uma constelação de atores no desenvolvimento de estratégias transversais e concertadas de solução em contextos específicos, sendo que o número de atores envolvidos nas mudanças climáticas tem tendência a exceder os dos demais problemas.

Apesar da elevada capacidade da Europa na adaptação às alterações climáticas, é sabido que o seu impacto se irá sentir de forma mais acentuada na Europa do Sul e no Mediterrâneo, pelo que Portugal está particularmente vulnerável ao risco climático, não só por força do aumento do nível médio das águas do mar, mas também pelo agravamento de fenómenos climatéricos adversos ou, ainda, da redução da disponibilidade de recursos hídricos.

Para 87% dos Portugueses, as alterações climáticas são um problema muito grave e 19% entende, inclusivamente, que este é o problema mais sério que o Mundo hoje enfrenta, demonstrando que a população portuguesa está especialmente preocupada com a sustentabilidade climática.

As universidades, politécnicos, centro de investigação e empresas devem colaborar na procura de soluções para enfrentar os desafios da transição climática.

Apostar e promover o desenvolvimento de atividades de I&D, que gerem produtos e serviços que se enquadrem nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável defi-

nidos pela ONU, aliado à capacidade de inovação que Portugal tem sabido apresentar e deve continuar a potenciar, equivale a **induzir a criação novos empregos, novas áreas de negócios e novas oportunidades para as empresas Portuguesas, posicionando Portugal como uma referência mundial em matéria de Ambiente e Sustentabilidade.**

No entanto, como os preços dos combustíveis, minérios e algumas matérias-primas tornaram evidente, o desafio da transição climática não se ultrapassará sem custos. Os necessários investimentos em infraestruturas para a sustentabilidade ambiental necessitam de novos modelos de financiamento que garantam a sua sustentabilidade económica e financeira e a compatibilidade com promoção da competitividade da economia e das empresas nacionais. Neste processo, a colaboração entre entidades públicas e privadas e estratégias compensatórias serão determinantes para suavizar as disrupções inevitáveis num processo de transformação estrutural que afetará todas as atividades económicas e o nosso modo de vida.

Acelerar a transição para o novo paradigma energético

A descarbonização do sector da energia, a principal origem de gases com efeito de estufa na UE, é uma das prioridades do Pacto Ecológico Europeu, que estabelece como objetivo alcançar a redução das emissões de carbono em 55% (face ao valor de 1990) até 2030.

Pela primeira vez desde a Revolução Industrial, Portugal pode ter vantagem no novo paradigma energético das energias renováveis, dada a sua abundância de dias de Sol, vento e recursos hídricos e marítimos. Portugal tem de aproveitar a perda de importância das energias de base fóssil para ganhar uma vantagem competitiva na atração de investimento e no combate às alterações climáticas.

A maior parte dos Portugueses reconhece que o tema da eficiência energética tem um papel crucial na resolução dos problemas ambientais. Por outro lado, a ausência de exploração de hidrocarbonetos em território nacional resulta da dependência de países terceiros para a aquisição de petróleo e gás natural. Importa, por isso, apostar-se cada vez mais na utilização das energias renováveis endógenas, para acabar com a importação de combustíveis fósseis.

Nesse contexto, devemos **aprofundar as metas para o aumento do uso das energias renováveis até 2030 e criar medidas, inclusive de índole fiscal, que incentivem e alavanquem práticas efetivas de combate às alterações climáticas, desenhadas ou complementadas cuidando e até beneficiando a competitividade das empresas e da economia portuguesa.**

Defende-se também que Portugal deve **definir uma estratégia para se tornar, efetivamente, um líder nesta área, alavancando este posicionamento quer do ponto de vista de Investigação, Inovação e de desenvolvimento de soluções, quer do ponto de vista turístico e de atração de talento.**

Mas não cabe apenas aos particulares a melhoria do panorama climatérico atual, sendo antes as grandes empresas e o próprio Governo e instituições públicas responsáveis pela maioria das emissões e dos danos ambientais. Assim, uma das áreas de intervenção obrigatória em matéria de sustentabilidade passa necessariamente pela **promoção de medidas que potenciem uma maior eficiência energética por parte das grandes empresas privadas e das instituições públicas**, nomeadamente hospitais, unidades de saúde, escolas e outros equipamentos públicos ou privados, com vista a aumentar a poupança de energia e de reduzir as emissões de CO2.

A Habitação desempenha aqui um papel importante, na medida em que a qualidade e os materiais de construção tem impacto na eficiência energética dos edifícios e nos gastos de energia das famílias e empresas.

A resposta aos desafios da transição climática irá depender da capacidade da Economia gerar soluções inovadoras, baseadas em ciência e tecnologia de base nacional, para os problemas da geração e distribuição energética, para a mobilidade urbana, para a gestão eficiente da água ou para a eficiência energética dos edifícios. As instituições do sistema científico e tecnológico e as empresas portuguesas têm de participar na oferta de soluções para o desafio global da transição climática.

Mobilidade elétrica e transportes públicos: o futuro da mobilidade

A grande concentração de população nas áreas urbanas torna a mobilidade elétrica, sobretudo em transportes públicos, essencial para o cumprimento dos objetivos do Acordo de Paris. Em Portugal, o sector dos transportes é responsável por um quarto das emissões de dióxido de carbono. Assim, os objetivos de descarbonização só poderão ser atingidos através da **reorganização da mobilidade das grandes áreas metropolitanas, em que o metro e os comboios deverão ocupar um lugar central, recuperando o seu atraso em relação à UE.**

Atualmente, cerca de 80% do comércio de Portugal com a União Europeia faz-se por via rodoviária, o que é insustentável não só do ponto de vista ambiental e energético, como constitui um modelo de negócio caro e pouco competitivo face à atual dependência dos combustíveis fósseis para operacionalizar frotas de transportes.

A ferrovia portuguesa não tem hoje a competitividade necessária, sendo tecnicamente obsoleta e apresentando problemas de interoperabilidade ao impedir a circulação livre de comboios. **A revisão da rede ferroviária à luz da bitola europeia não só contribuiria para aumentar as exportações e evitar o isolamento do País, potenciando a Mobilidade Social e a Justiça Territorial, como representaria um passo significativo no sentido de melhorar o combate às alterações climáticas e diminuindo a dependência nacional dos combustíveis fósseis**, mitigando o risco de encarecimento da atividade das empresas e dos produtos portugueses a que hoje se assiste.

O Mar

No caso da aprovação pelas Nações Unidas da proposta de alargamento da plataforma continental, o território marítimo sob jurisdição nacional terá uma área cerca de 40 vezes a área terrestre de Portugal e correspondente a 4% do Oceano Atlântico. O Mar é o mais importante recurso natural do país. A Economia Azul tem vindo a aumentar o seu peso no PIB nos últimos anos, mas um enorme potencial permanece por explorar. A mineração de fundo do mar e a exploração eólica *offshore* poderão dar importantes contributos para a descarbonização, na condição de se garantir a preservação do capital natural. Importa apostar na extensão da plataforma continental portuguesa, na atração de investimento interligada com a promoção da investigação e inovação ligadas ao mar, promover o aproveitamento sustentável e a avaliação sistemática dos recursos naturais marinhos.

Agricultura e Florestas

A floresta e agricultura estão entre os sectores de atividade mais afetados pelas alterações climáticas. O setor do agroalimentar e agro-florestal representa atualmente 5% do PIB e 14% do emprego. O sector atingiu um Valor Acrescentado Bruto (VAB) de cerca de 17 mil milhões de euros e as exportações representaram de 20% do total de exportações do País, com um crescimento superior a 50% entre 2010 e 2019, em particular para o mercado Europeu, sendo que a balança comercial do setor agro-florestal apresenta um *superavit* de cerca de mil milhões de euros.

Adicionalmente, o setor agroalimentar e agroflorestal é produtor de bens públicos correspondentes a quase 90% do território português, assegurando a gestão de paisagens e a preservação do Ambiente, tendo também um papel primordial na gestão do ciclo da água, no sequestro do carbono e na promoção da Biodiversidade.

Tendo em conta os objetivos da UE, vertidos no Plano Europeu de Recuperação e no Pacto Ecológico Europeu e a ambição europeia de relançar a Economia Europeia a par de proteger o Ambiente e incrementar a Biodiversidade, é crucial **adotar um conjunto de opções estratégicas que visem acelerar a modernização do setor agroalimentar e do setor agro-florestal**, nomeadamente de modo a torná-lo mais eficiente, por exemplo, no consumo de água, e menos dependente de combustíveis fósseis.

III. Unir e Modernizar o PSD para Reformar a Política Portuguesa

O PSD tem dois desafios internos: Unir e Modernizar-se.

A união interna tem duas dimensões: a da agregação que afasta o sectarismo interno, e a da valorização que substitui a desconsideração por militantes, eleitos e dirigentes do PSD.

É preciso virar uma página na vida interna do Partido. Não se pode cultivar o sectarismo interno, do “nós e eles”, completamente contrário às tradições internas de pluralidade e debate livre que sempre foram marca identitária do PSD. A vida e convivência partidárias de um partido grande, com milhares de membros implantados em Portugal e no mundo, têm que ser acarinhadas e participadas por quem dirige o partido. Os milhares de autarcas do PSD não podem ser ignorados, nem os Grupos Parlamentares ser apoucados às mãos de qualquer estratégia de afirmação pessoal, nem os dirigentes das estruturas ser menorizados por qualquer retórica anti-partido, vinda da cúpula do próprio partido, a qual também não pode estar mais virada para confrontar militantes e dirigentes do PSD do que o líder do partido socialista.

É preciso virar a página para um espírito de união, que agregue militantes, dirigentes e eleitos na sua pluralidade, respeitando diferenças e delas fazendo forças. O que nos une é muito mais do que o nos possa ter separado numa qualquer discussão concreta ou numa eleição interna. O líder do Partido é o primeiro e principal responsável por escolher, trilhar e cultivar, não o sectarismo, mas a união na pluralidade.

O líder e a direção do Partido devem cultivar a proximidade e a agregação num partido que é grande, popular e, também por isso, profundamente diverso: territorial, pessoal, ideológica e socio-demograficamente.

Unir significa, porém, mais do que simplesmente não dividir ou, mesmo, do que respeitar a diferença. Unir implica ativamente escutar, envolver e valorizar a participação e papel das bases, dos militantes, dirigentes e eleitos.

Ser autarca, deputado, dirigente e militante do PSD é um bem, como sinal em si mesmo da boa vontade para a contribuição cívica, mas também como meio e instrumento para melhorar a ação do Partido. O PSD tem que regressar à proximidade e à estima pelas bases e dirigentes do Partido e ter espaços e atenção para integrar os seus contributos para a ação e estratégia partidárias, e para, em reciprocidade, apoiá-los na sua fundamental ação política nos mais diferentes espaços e instituições do nosso País.

O PSD tem três estruturas autónomas – a JSD para os jovens, os TSD para os trabalhadores e os ASD para os autarcas – que são fundamentais não só para maximizar o papel e voz daqueles grupos na vida e estratégia do Partido, mas também para dinamizar o apoio que o Partido pode e deve reforçar à ação daqueles juntos dos respetivos setores da sociedade portuguesa. A iniciativa e dinâmica destas estruturas, de outros grupos organizados como sejam as Mulheres Sociais Democratas, e dos militantes e dirigentes locais, distritais e regionais do PSD, são essenciais para a afirmação nacional do Partido.

A união e valorização interna são essenciais num partido como o nosso, que é simultaneamente de bases, de quadros e de uma matriz de valores clara e diferenciada face à alternativa socialista.

Acreditando muito nos mecanismos de participação cívica democrática, o PSD quer e sabe que a democracia constitucional portuguesa é uma democracia de partidos (ainda que não possa, nem deva, ser limitada aos partidos).

Ora, os partidos políticos não podem ignorar a perda de confiança dos cidadãos no sistema político e na própria democracia que diferentes indicadores nos revelam. Isto é confirmado, e exprime-se, num sistema político com elevadas taxas de abstenção e cada vez mais fragmentado e radicalizado e sujeito a uma enorme volatilidade.

Os partidos políticos parecem sentir extremas dificuldades em adaptar-se às novas realidades sociais, tecnológicas e culturais. Na verdade, os partidos são cada vez mais vistos como uma classe distante, pouco qualificada, e com problema de integridade, fazendo com que os cidadãos não se sintam minimamente representados e, portanto, não votem ou invistam em formas de participação política de protesto e mais radicalizada. Independentemente de quanto de falso ou verdadeiro exista nesta perceção dos cidadãos, ela está a afetar a confiança nos partidos políticos e na classe política em geral.

É, assim, absolutamente fundamental reformar os partidos, por forma a reforçar a qualificação e capacitação dos padrões democráticos atuais.

O PSD, como principal partido reformista português tem a obrigação e o dever de estar na linha da frente desta reforma, não só com propostas para o País, mas começando por dar o exemplo no seio do próprio partido. Não conseguiremos arrumar o País, se não começarmos por arrumar, abrir e credibilizar a nossa própria casa.

Assim, é imperioso que os cidadãos voltem a confiar na capacidade reformadora do partido, cujos níveis de participação e militância política são os mais baixos de sempre. Temos de nos abrir à sociedade e de reestabelecer um contato de confiança com todos os cidadãos.

Para o efeito, relativamente à modernização do Partido, apontamos três grandes prioridades:

Exigência Ética & Transparência: Um contrato de confiança política com os cidadãos

Um dos principais motivos pelos quais os cidadãos se consideram afastados do poder político é o crescente sentimento de falta de ética e transparência que paira sobre o sistema político e, conseqüentemente, sobre os políticos.

Nesse sentido, e uma vez mais, **o PSD tem de assumir a dianteira e dar o exemplo como Partido reformista que é.** A título meramente exemplificativo, cumpre salientar que o grau de satisfação dos portugueses relativamente aos índices da democracia está abaixo da média europeia, sendo que, quando falamos do grau de confiança dos cidadãos nos partidos políticos, o resultado de 16,7% é alarmante, tornando urgente que o Partido tenha de refletir profundamente.

Assim, **o PSD tem de ser ambicioso e assumir um conjunto de medidas que visem restaurar a confiança dos cidadãos na política, nas instituições políticas e nos políticos.** Nas próximas eleições, iremos apresentar ao país um conjunto ambicioso de propostas que credibilizem a política, alterando a nossa cultura política dominante. Mas, é fundamental dar o exemplo, começando no próprio Partido.

Criaremos uma **Comissão de Ética** composta por militantes e independentes reputados e credíveis, com um percurso profissional relevante nestes temas, responsável por implementar internamente um **sistema de controlo ético e de integridade.**

Uma das principais tarefas da Comissão de Ética será a de fazer uma avaliação de **eventuais incompatibilidades, por razões ou riscos éticos, dos candidatos que o partido esteja a ponderar candidatar aos diferentes cargos políticos.** Numa fase inicial o processo de verificação de integridade de candidatos eleitorais aplicar-se-á previamente à apresentação das candidaturas em listas do PSD, em posição de efetivo, aos cargos de Deputados à Assembleia da República e ao Parlamento

Europeu, bem como Presidente de Câmara Municipal. Este processo de controlo ético será integrado no processo de seleção dos candidatos pelas diferentes estruturas do partido. Nas candidaturas do partido às próximas eleições legislativas antecipadas, cuja entrega em 20 de dezembro de 2021 inviabiliza a implementação em tempo deste sistema, dever-se-á procurar introduzir compromissos éticos equivalentes.

Entre os aspetos a ponderar por essa Comissão de Ética estarão as condições específicas que determinem a **inibição de candidaturas para quem tenha sido condenado** por crimes de uma certa gravidade, entre os quais, aqueles que respeitem ao exercício de cargos públicos, ou **tenha sido pronunciado ou acusado e esteja sujeito a medidas cautelares graves. Deverá, igualmente, ser imposto a todos os candidatos uma declaração de compromisso de renúncia de funções caso sejam sujeitos a decisões desse tipo.** A avaliação das condições específicas que determinem essa inibição deve ser objeto de critérios claros, objetivos e transparentes a definir previamente pela Comissão de Ética. Esta deve ponderar o equilíbrio necessário entre a presunção de inocência e, conseqüente proteção da reputação da pessoa em causa, por um lado, e o impacto que a existência de certas suspeitas sérias, validadas por magistrados, têm nas condições objetivas de confiança e autoridade necessárias ao exercício de um cargo político. Não podemos esquecer os exemplos de acusações que se vieram a revelar totalmente infundadas. Mas também não podemos também ignorar o impacto que decisões, ainda que preliminares, da magistratura podem ter na autoridade e confiança necessárias ao exercício de funções públicas. É necessário encontrar um equilíbrio entre os diferentes valores e finalidades públicas em causa. Trata-se, tal como noutras profissões ou funções, de definir uma condição objetiva que impede o exercício de funções políticas, devido à necessidade de preservar a confiança dos cidadãos inerente e essencial ao normal exercício dessas funções. Competirá à Comissão de Ética desenvolver e publicitar os critérios concretos de aplicação deste impedimento.

Qualquer candidato terá também de subscrever um compromisso de não nomear familiares diretos ou indiretos. Estamos perante uma matéria em que o PSD tem de dar o exemplo face ao lamentável comportamento do Partido Socialista que muito contribuiu para descredibilizar toda a classe política.

A Comissão de Ética do Partido poderá também, a solicitação da Comissão Política Nacional, pronunciar-se sobre outras questões éticas e promover a adoção de critérios e práticas adicionais (por exemplo, na prevenção de conflitos de interesse) que reforcem ou complementem dentro do Partido uma cultura ética e de transparência.

Abertura à Sociedade

Uma das causas para a perda de confiança nos partidos é a própria perda de militância política nos partidos. Se os partidos escolhem os seus candidatos a partir de um grupo restrito de pessoas, e a participação no processo eleitoral dos partidos é cada vez mais reduzida, esses candidatos terão que ter uma autoridade progressivamente menor. É relevante abrir os partidos à sociedade civil, à intervenção de simpatizantes e independentes, mas é igualmente importante alargar a base de participação no partido e mobilizar a sua militância. É um erro achar que um partido se abre e renova apenas ouvindo, ou mesmo candidatando, personalidades independentes. É hoje democraticamente ainda mais importante atrair novos militantes, alargar aqueles que se envolvem na militância ativa e ser capazes de renovar permanentemente os nossos quadros.

Isto é fundamental para que os cidadãos confiem na capacidade de um partido ser representativo dos seus interesses e de não ser capturado por uns poucos. É também fundamental para que o partido tenha a massa crítica necessária a poder exercer, da melhor forma possível, as diferentes responsabilidades públicas que os cidadãos lhe atribuem.

A representatividade e a credibilidade dos nossos candidatos e candidatas junto dos eleitores será maior se também a base de participação e militância no partido crescer. Esta é, igualmente, fundamental para assegurar uma melhor e mais diversificada base de recrutamento de quadros políticos para as responsabilidades que nos forem atribuídas. Quanto mais ativa for a nossa militância, mais forte, mobilizadora e representativa será a ação do partido. **Tendo presente que quanto mais forte for a militância, mais coeso e preparado será o PSD, consideramos da mais elementar importância alargar a base de participação no partido e mobilizar os militantes.**

É nossa prioridade adotar uma política ambiciosa de **promoção da adesão ao PSD**, devendo ser dados incentivos às seções do partido que proponham mais novos militantes. Para isso será fundamental adotar uma comunicação específica e ambiciosa, que faça uso das novas tecnologias, aplicando as melhores práticas internacionais. Essa comunicação, para ser eficaz, deve oferecer a oportunidade aos cidadãos de participarem e contribuírem e não apenas ouvirem. O líder tem que se empenhar pessoalmente nessa campanha, participando em iniciativas concretas que visem a promoção da adesão ao partido e a militância ativa. Deve também ser oferecido a qualquer novo militante a possibilidade de seguir imediatamente uma ação de formação na Academia Política do Partido.

Deve passar a ser possível **militar no Partido por afinidade temática, em vez das unidades territoriais**, através da **implementação efetiva das secções temáticas**.

Deve também ser **permitida a substituição do pagamento de quotas pela participação** num determinado número de iniciativas da Academia do Partido.

O reforço da militância é fundamental, mas não dispensa um debate mais amplo sobre como reforçar e alargar a participação política nos partidos e, em particular, envolver os cidadãos nas escolhas dos candidatos a certas funções políticas, incluindo as de líder do partido. Será lançado um debate profundo e alargado no partido, envolvendo representantes da sociedade civil e especialistas em partidos e sistemas eleitorais, sobre a realização de **primárias abertas**. Esse debate concluir-se-á com um referendo no partido sobre essas primárias.

Simultaneamente, iremos promover os passos legislativos necessários a que, caso o partido entenda adotar primárias abertas, estas possam funcionar da melhor forma possível. Dado o elevado grau de participação que as primárias abertas devem envolver o ideal seria que as primárias pudessem estar previstas na lei dos partidos políticos, de forma a que as instituições que organizam e controlam o processo eleitoral pudessem assumir um papel relevante na garantia, nomeadamente, de que quem vota nas primárias de um partido não possa votar nas primárias de outro partido durante um certo período de tempo.

Finalmente as primárias ou diretas deveriam ser precedidas de um Congresso onde sejam, nomeadamente, debatidas as moções dos diferentes candidatos.

O processo eleitoral interno deve também ser melhor regulado, designadamente, impondo a imparcialidade e isenção dos serviços do Partido relativamente a todas as candidaturas, e obrigando os candidatos a eleições diretas ou primárias para líder do Partido a participarem em debates públicos entre si no período de campanha interna.

Capacitação dos quadros políticos

Temos de reconhecer o cada vez maior afastamento de muitos altos quadros da política e dos partidos. Mesmo alguns com participação no Partido optam por dar prioridade às suas carreiras profissionais – mais estáveis e certamente mais rentáveis –, em detrimento de uma participação política.

É fundamental conseguir e reter os melhores, aqueles que estão mais preparados e são mais capazes para enfrentar os desafios que se avizinham e que vão ser duros. Partilhamos das preocupações dos cidadãos e consideramos que temos de ser capazes de atrair qualidade e qualificações. Mas também necessitamos de que a qualificação política seja um processo permanente dentro de todo o partido e aberto a todos os militantes.

Assim, temos de criar **uma Academia Política Permanente e profissionalizada**, que em conjunto com as estruturas locais do partido, possa desenvolver em permanência mais e melhor formação aos militantes e quadros do partido. O plano formativo a implementar deverá ser amplo e diversificado, quer nos públicos quer nos temas, abrangendo todas as áreas de intervenção política e relevância governativa, ao nível central e local, e procurando o envolvimento dos melhores especialistas em cada área, combinando uma rede de ligação da sociedade civil e dos militantes do PSD.

Ao mesmo tempo, o partido necessita de consolidar e profissionalizar a produção de conhecimento e ideias programáticas. De facto, continua a faltar no partido uma dimensão profissional neste domínio e que é fundamental para a produção estável de conhecimento e políticas públicas.

Sem ignorar o contributo positivo do Conselho Estratégico Nacional, continua a faltar profissionalizar as estruturas de apoio ou do Gabinete de Estudos. Só com essa dimensão é possível assegurar que, não apenas as propostas políticas do partido estão sujeitas ao crivo político e técnico necessário, como a sua transferência e consolidação no acervo programático do partido são plenamente bem sucedidas. Isto permitirá garantir, por um lado, uma comunicação política bem mais eficaz dessas propostas e, por outro lado, uma consolidação programática do partido que nos coloca também em muito melhores condições para, quando assumirmos responsabilidades governativas, o possamos fazer com mais eficácia e celeridade.

Para que este compromisso seja sério, e conseqüente, é necessário alocar-lhe os recursos correspondentes à prioridade que atribuímos. O Partido deve, por isso, usar 20% do seu orçamento (de despesa corrente) em despesas com a Academia e as estruturas e atividades de estudo e produção de propostas de políticas públicas. Como forma de verificar o cumprimento desta exigência, o relatório de contas do Partido deverá conter um anexo que demonstre discriminadamente o cumprimento daquela obrigação.

O PSD dará o exemplo, mas iremos também propor uma alteração à Lei de Financiamento dos Partidos para que semelhante obrigação se aplique às subvenções públicas de que beneficie qualquer partido político. Deve ser uma responsabilidade comum de todos os partidos perante os portugueses que uma parte do financiamento público que recebem seja obrigatoriamente empregue em ações de qualificação e capacitação dos partidos e seus quadros políticos.

Pretendemos ainda **dinamizar e promover as relações e parcerias como "think tanks", fundações e centros de estudo nacionais e internacionais**, com o intuito de conferir aos militantes a possibilidade de intercâmbio com outras instituições de produção de sabedoria.

Propomos ainda que esta Academia Política Permanente do PSD trabalhe em estreita ligação com os grupos de assessoria política do Partido, bem como, com os Deputados e os Eurodeputados do PSD.

Por fim, decorrente da produção de conhecimento, **pretendemos criar uma base de dados estruturada de iniciativas, estudos e projetos políticos, produzidos por estas estruturas e representantes do PSD que forem sendo desenvolvidas ao longo dos anos** nas autarquias, Parlamentos nacional e europeu, e nos Governos.

Em suma, temos um programa ambicioso que pretende implementar no PSD uma série de reformas que se afiguram alcançáveis, e que serão certamente bem acolhidas pelos militantes e pelos eleitores. Diria mais, os cidadãos exigem-nos estas reformas e temos de corresponder a essa exigência se queremos ter a sua confiança.

Os cidadãos já perceberam que a nossa cultura política tem falhas preocupantes e que estão a corroer, aos poucos, os fundamentos de confiança na nossa democracia. O PSD tem alertado para muitas dessas falhas. Mas temos também de dar o exemplo internamente. Não devemos recear, bem pelo contrário, devolver o PSD "à rua": ampliando e melhorando a participação e representatividade, qualificando e capacitando quadros e estruturas, promovendo a transparência e integridade.



UNIR
CRESCER
VENCER

Paulo Rangel



NOVEMBRO 2021



paulorangel.pt





SECRETARIADO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS RESIDENTES NO ESTRANGEIRO

Exmo. Senhor

Secretário-Geral

Dr. José Silvano

Para os devidos efeitos, informamos que dos 18 Delegados atribuídos às Estruturas das Comunidades Portuguesas ao 39º Congresso do PSD, o rateio teve em consideração o número de militantes pertencentes a cada Estrutura com capacidade eleitoral comunicação havida ente este Secretariado e cada uma das Estruturas.

Destes 18 Delegados, foi elaborado o seguinte Rateio pelas Secções abrangidas:

Europa

- Alemanha 2
- Bélgica 2
- Inglaterra 2
- Luxemburgo 1
- Paris 4
- Suíça 1

Fora da Europa

- Macau 2
- Toronto 2
- USA 2

Lisboa, 18 de novembro de 2021

Com os melhores cumprimentos,

Luís Geraldes

Coordenador do Secretariado

das Comunidades Portuguesas Residentes no Estrangeiro